



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANA CRISTINA DE SOUZA LIMA**

**A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NO RAMO SERVIÇOS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE SALVADOR**

**SALVADOR**

**1998**

**ANA CRISTINA DE SOUZA LIMA**

**A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NO RAMO SERVIÇOS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE SALVADOR**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao curso de Economia da  
Universidade Federal da Bahia como  
requisito parcial à obtenção do grau de  
Bacharel em Economia.

Orientador: Antônio Wilson Ferreira  
Menezes

**SALVADOR**

**1998**

*Aos meus pais, Emiliana e Lourival.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por ter me dado força e coragem para não desistir no meio do caminho e por atender sempre aos meus pedidos.

Ao Professor Wilson Menezes por dois motivos: em primeiro lugar, porque foi através da disciplina por ele ministrada, Economia do Trabalho, que passei a me interessar por esta área da Economia; em segundo lugar, pela sua orientação e colaboração para o desenvolvimento desta monografia.

Ao Professor Lielson, pelos incentivos e pelas críticas, pois, me ajudaram a superar alguns obstáculos, permitindo que, ao longo destes três semestres, fosse capaz de vencer cada etapa do processo de desenvolvimento do trabalho monográfico.

Aos professores que participaram da banca examinadora, Paulo Henrique de Almeida e José Carrera Fernandez, pela disponibilidade em ler a monografia e, pelas críticas e sugestões apresentadas.

Aos professores desta Faculdade, pois cada um, ao seu modo, deixou algo importante, além da mera transmissão de conhecimentos.

Por fim, agradeço aos colegas Luciane, Mércia, Elissandra Brito, Karine, Jefferson, Cleber, Graça Morbeck, Emanuel, Leormínio e Janaína pelo bom convívio durante todos estes anos.

A amiga Joedna, um agradecimento especial pela amizade, confiança e apoio.

## RESUMO

A monografia está estruturada em cinco capítulos, além da introdução. O segundo capítulo parte de uma análise histórica sobre o setor terciário na Literatura Econômica, discutindo como os principais economistas que compõem a História do Pensamento Econômico trataram o setor e o caráter produtivo ou não das suas atividades. No terceiro capítulo, procura-se abordar a problemática da definição, caracterização e classificação das atividades terciárias, bem como algumas hipóteses explicativas para o seu crescimento.

O quarto capítulo trata do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de oitenta e noventa, descrevendo algumas transformações pelas quais passou. Parte-se de uma abordagem do nível nacional para o local (RMS), destacando-se o comportamento do setor terciário diante destas transformações, que culminaram com a sua expansão na geração de empregos, e, simultaneamente, com a redução da participação do emprego industrial.

O quinto capítulo mostra como está estruturado o principal segmento do setor terciário - o ramo Serviços, assim como as principais ocupações que o compõem, segundo algumas variáveis selecionadas, como cor, gênero, posição na família, escolaridade, faixas de idade e de renda.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Variações na produtividade : anos selecionados – Brasil (base: 1950=100)	31
TABELA 2	Distribuição da população ocupada por setor de atividade Brasil – 1991/1997	42
TABELA 3	Distribuição da população ocupada por setor de atividade Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997	50
TABELA 4	Taxa de desemprego aberto por setor de atividade Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997	51
TABELA 5	Rendimento do trabalho principal da população ocupada (Serviços: Base= 100) – RMS – 1991/1997	53
TABELA 6	Rendimento médio do trabalho principal da população ocupada - Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997	53
TABELA 7	Rendimento médio em salários mínimos do trabalho principal Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997	55
TABELA 8	Formalidade e informalidade por setor de atividade Região Metropolitana de Salvador (Out/96 a Nov/97)	57
TABELA 9	População ocupada no ramo Serviços por gênero, escolaridade e faixas de renda – RMS (Out/96 a Nov/97)	59
TABELA 10	População ocupada no ramo Serviços por gênero, faixas de idade e renda – RMS (out/96 a Nov/97)	61
TABELA 11	População ocupada no ramo Serviços por gênero, cor e faixas de renda – RMS (Out/96 a Nov/97)	62
TABELA 12	População ocupada nas principais ocupações do ramo Serviços por gênero - RMS (Out/96 a Nov/97)	64
TABELA 13	População ocupada nas principais ocupações do ramo Serviços por posição na família – RMS (Out/96 a Nov/97)	65

TABELA 14	População ocupada nas principais ocupações do ramo Serviços por faixas de renda – RMS (Out/96 a Nov/97)	68
TABELA 15	População ocupada nas principais ocupações do ramo Serviços segundo a cor - RMS (Out/96 a Nov/97)	71

## SUMÁRIO

### LISTA DE TABELAS

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>O SETOR TERCIÁRIO NA LITERATURA ECONÔMICA</b>	<b>12</b>
2.1	OS MERCANTILISTAS	12
2.2	OS FISIOCRATAS FRANCESES	14
2.3	A ESCOLA CLÁSSICA	15
2.4	KARL MARX	22
2.5	OS MARGINALISTAS/NEOCLÁSSICOS	23
2.6	JOHN MAYNARD KEYNES	24
2.7	A ANÁLISE MODERNA DE FISHER E CLARK	25
<b>3</b>	<b>DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS, CLASSIFICAÇÃO E EXPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO</b>	<b>27</b>
3.1	DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO SETOR TERCIÁRIO	27
3.2	CLASSIFICAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO	31
3.3	EXPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO	33
<b>3.3.1</b>	<b>A Corrente Pós-Industrialista</b>	<b>33</b>
<b>3.3.2</b>	<b>A Corrente do Crescimento “Espúrio”</b>	<b>35</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Outras Abordagens Sobre o Crescimento do Setor Terciário</b>	<b>37</b>
<b>4</b>	<b>O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO E O SETOR TERCIÁRIO NAS DÉCADAS DE OITENTA E NOVENTA</b>	<b>39</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS OITENTA	39
<b>4.1.1</b>	<b>Estrutura Setorial do Emprego nos Anos Oitenta</b>	<b>40</b>
4.2	O MERCADO DE TRABALHO BAIANO NOS ANOS OITENTA	42
<b>4.2.1</b>	<b>O Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador com Destaque para o Setor Terciário nos Anos Oitenta</b>	<b>44</b>
4.3	O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS NOVENTA	45
4.3.1	Caracterização do Período	45
4.3.2	O Setor Industrial e as Transformações na Estrutura Setorial do Emprego nos Anos Noventa	46
4.4	O MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR COM DESTAQUE PARA O SETOR TERCIÁRIO	48



	1991/1997	
<b>4.4.1</b>	<b>Análise da Estrutura Setorial do Emprego – Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997</b>	<b>48</b>
<b>4.4.2</b>	<b>A Contribuição de cada Setor para o Desemprego – Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997</b>	<b>51</b>
<b>4.4.3</b>	<b>Uma Comparação entre os Rendimentos do Setor Terciário e Secundário – Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997</b>	<b>52</b>
<b>5</b>	<b>A COMPOSIÇÃO DO EMPREGO NO RAMO SERVIÇOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (OUTUBRO/96 A NOVEMBRO/97)</b>	<b>56</b>
<b>5.1</b>	<b>DIFERENÇAS NA INSERÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA NO RAMO SERVIÇOS POR GÊNERO – REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR</b>	<b>58</b>
<b>5.2</b>	<b>UM ESTUDO DA POPULAÇÃO OCUPADA NAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DO RAMO SERVIÇOS – REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR</b>	<b>63</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b>	<b>72</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A expansão do setor terciário da economia, tanto a nível de produto quanto de emprego, é um fato incontestável, que teve início nos países desenvolvidos, seguido pelos países em desenvolvimento. Assim como o Brasil, a Bahia e a Região Metropolitana de Salvador estão inseridas neste contexto.

A partir desta constatação, o objetivo principal deste estudo é analisar o papel que o setor terciário tem para o mercado de trabalho da RMS, mostrando como está estruturado o seu principal segmento - Serviços - quanto algumas das características da mão-de-obra nele ocupada. Em seguida, a mesma análise será feita para as principais ocupações deste segmento.

A monografia está estruturada em cinco capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo parte de uma análise histórica sobre o setor terciário na Literatura Econômica, discutindo como os principais economistas que compõem a História do Pensamento Econômico trataram o setor e o caráter produtivo ou não das suas atividades. No terceiro capítulo, procura-se abordar a problemática da definição, caracterização e classificação das atividades terciárias, bem como algumas hipóteses explicativas para o seu crescimento.

O quarto capítulo trata do mercado de trabalho brasileiro nas décadas de oitenta e noventa, descrevendo algumas transformações pelas quais passou. Parte-se de uma abordagem do nível nacional para o local (RMS), destacando-se o comportamento do setor terciário diante destas transformações, que culminaram com a sua expansão na geração de empregos, e, simultaneamente, com a redução da participação do emprego industrial.

O quinto capítulo mostra como está estruturado o principal segmento do setor terciário - o ramo Serviços, assim como as principais ocupações que o compõem, segundo

algumas variáveis selecionadas, como cor, gênero, posição na família, escolaridade, faixas de idade e de renda.

Por fim, na conclusão desta monografia serão esboçados os principais resultados obtidos, enfatizando os aspectos mais importantes sobre o setor terciário da Região Metropolitana de Salvador, da população ocupada no ramo Serviços e nas suas principais ocupações.

A fonte de dados utilizada consiste na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PME é uma pesquisa amostral domiciliar contínua sobre a situação da mão-de-obra brasileira, realizada desde 1980, em seis regiões metropolitanas do país: Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Neste trabalho serão utilizados os anos de 1991 a 1997 para caracterizar o mercado de trabalho da RMS.

Associada a PME, serão utilizados também os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo SEADE e DIEESE em conjunto com a Universidade Federal da Bahia. Seus dados serão usados para traçar a composição do emprego no ramo Serviços da RMS, para o período que compreende Outubro de 1996 a Novembro de 1997.

Entretanto, cabe deixar uma ressalva quanto estas pesquisas. A PME é uma pesquisa que adota uma metodologia desenvolvida por países capitalistas avançados, que possui um mercado de trabalho homogêneo, bem diferente da heterogeneidade verificada para o mercado de trabalho brasileiro. Por isso, esta apresenta algumas limitações de ordem metodológica, não tratando de alguns aspectos importantes da estrutura e funcionamento do mercado de trabalho brasileiro. Por exemplo: a PME subestima a taxa de desemprego em virtude dos critérios adotados para caracterizar a situação de ocupação. Assim, ela se restringe ao conceito de desemprego aberto, que não capta outras formas de desemprego típicas de mercados de trabalho subdesenvolvidos e heterogêneos, como é o caso do desemprego oculto pelo desalento e oculto pelo trabalho precário.

O primeiro tipo, corresponde a situação em que o indivíduo interrompeu a procura devido à persistência de condições adversas ao mercado de trabalho mas continua querendo um emprego; o segundo tipo, corresponde a situação em que a pessoa realizou alguma atividade sem os atributos da continuidade e assiduidade, os chamados "bicos". Estes dois casos são abordados pela PED.

## 2 O SETOR TERCIÁRIO NA LITERATURA ECONÔMICA

### 2.1 OS MERCANTILISTAS

Na História do Pensamento Econômico, a primeira escola que se sobressai em relação às idéias econômicas são os denominados "mercantilistas". Situada, a grosso modo, entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVIII, os mercantilistas definiam a Economia como um ramo do conhecimento essencialmente voltado para a melhor administração do Estado (para o seu fortalecimento). Entre seus principais representantes, estão os franceses Jean Bodin (1530-1596), Jean-Baptiste Colbert (1619-1683) e Antoine de Montchrétien (1575-1621), autor do "Tratado da Economia Política" que vulgarizou a expressão "Economia Política". Entre os italianos, destaca-se Antonio Serra (século XVI a XVII) que utilizou pela primeira vez o conceito de "balança comercial" em 1613. Entre os ingleses: Thomas Mun (1571-1641), Josiah Child (1630-1699) e William Petty (1630-1687); muito embora Petty seja um economista de cunho mais liberal, ainda está aprisionado pelas idéias mercantilistas.

Apesar de seus mais de duzentos anos de contribuição, os mercantilistas são considerados por muitos como uma escola de economia a-científica (não-científica), pois apresentam em seus escritos mais opiniões sobre problemas práticos do que propriamente uma análise econômica. O próprio livro de Sir Thomas Mun, intitulado "A Riqueza da Inglaterra pelo Comércio Exterior", escrito por volta de 1630 e considerado o clássico do mercantilismo inglês, sofre essas críticas:

"Uma grande variedade de problemas - desde pesca ao embargo de ouro e prata - é expressivamente abordada (embora sem profundidade ou originalidade particular) nessa volumosa obra (...) Apenas para afastar equívocos, desejo salientar uma vez mais que a teoria econômica que alicerçava os argumentos de Mun sobre problemas de ordem prática era talvez primária mas substancialmente sólida (...)"(Schumpeter, 1964, p.437, v. I)

Estes primeiros "teóricos" da Economia estavam basicamente preocupados com a "riqueza". A pergunta que tentavam responder era: o que fazia de uma nação rica ou pobre? Para eles, uma nação seria rica ou pobre dependendo da quantidade de metais preciosos (ouro e prata) que tinha em seu poder. Com estes metais, poderiam comprar produtos em qualquer parte do mundo, pois não existia naquela época uma moeda nacional de aceitação mundial.

Os detentores das minas de ouro e prata da época mercantilista eram os espanhóis e portugueses. Ingleses, franceses, italianos e demais povos, não tinham tais minas. Assim, a única maneira destes países acumularem ouro e prata era através do comércio, basicamente de uma balança comercial favorável (exportando muito e importando pouco). Esta balança favorável só era possível porque existiam países (Espanha e Portugal) com grande produção de metais que tinham suas balanças desfavoráveis. Ou seja, para que um país tivesse balança comercial favorável era necessário que outro tivesse uma balança desfavorável.

Baseada nesta concepção de riqueza, a atividade econômica mais lucrativa neste período era o comércio. Era do comércio que o capital tinha sua maior porcentagem de lucro, e não da agricultura e da iniciante atividade manufatureira. Deste modo, a atividade econômica mais defendida e prestigiada era a comercial, razão pela qual, os Estados Nacionais passaram a monopolizar esta atividade, entregando-a a pessoas e empresas de sua confiança ou simpatia.

O protecionismo e o monopólio comercial são características marcantes do período, cujas idéias econômicas buscavam reforçá-las. Assim, o setor terciário (representado pelo comércio) nunca teve na análise econômica tamanha importância como teve para a escola mercantilista.

## 2.2 OS FISIOCRATAS FRANCESES

Segundo Schumpeter (1964), a escola fisiocrata não existia em 1750, foi muito discutida entre 1760 e 1770, sendo praticamente esquecida por volta de 1780. Era na verdade um pequeno grupo de economistas e filósofos que giravam em torno de seu líder: François Quesnay (1694-1774). De Quesnay, saiam as idéias que seus "discípulos" divulgavam com grande fidelidade. Dentre eles, é possível citar o Marquês de Mirabeau (1715-1789), Mercier de la Rivière (1720-1793), Nicolas Baudeau (1730-1792), Pierre S. Dupont de Nemours (1739-1817) e Jacques Vicent de Gournay (1712-1759). Já quanto a Robert Jacques Turgot (1727-1781), embora caminhe independentemente por suas próprias idéias, traz várias de suas contribuições conversas com Quesnay, o que o coloca também dentro da escola fisiocrata. A principal obra da escola é o "Tableau Économique" (Quadro Econômico) de Quesnay, cuja primeira versão apareceu em 1758, e se encontra perdida até hoje.

É com a fisiocracia que a Economia adquire o "status" de ciência. Foi também a primeira escola formuladora de uma teoria do liberalismo econômico, na qual o Estado deveria garantir apenas a propriedade privada e a livre concorrência. Combateu as idéias intervencionistas da escola mercantilista e as barreiras feudais.

Em razão da análise fisiocrata ser centrada na produção (agrícola), ao contrário dos mercantilistas (que era centrada no comércio), Quesnay praticamente não se preocupou em estudar o setor terciário. Para ele, o setor terciário pertencia a chamada classe estéril ou improdutiva da sociedade, que não criava um excedente ou produto líquido. Somente as atividades agrícolas produziam este produto líquido, enquanto as outras atividades, como a manufatura, apenas transformava os produtos criados pela terra. Segundo Kon (1992), o "tableau économique" considerava como estéreis os processos de manufatura e o comércio em geral, pois estas atividades (não-agrícolas) só acrescentavam ao produto seu próprio valor, ou seja, o valor das coisas consumidas no próprio processo, não gerando um excedente real.

Ao contrário da concepção mercantilista, que via a riqueza como sendo o acúmulo de ouro e prata, os fisiocratas afirmavam que a riqueza estava nos produtos reais. Somente a terra tinha o poder de criar nova riqueza. Segundo Almeida (1997), os fisiocratas acreditavam que a produção do valor e da riqueza se dava com a criação de nova matéria e somente a terra era capaz de produzi-la. Assim, escreve Quesnay: "(...) tudo que é desvantajoso para a agricultura é prejudicial à nação e ao Estado e tudo que favorece a agricultura é útil ao Estado e a nação". (Quesnay, 1996, p.220)

No entanto, embora os fisiocratas só vissem o excedente criado na terra, perceberam a importância que o comércio (interno e externo) tinha para o escoamento da produção agrícola, principalmente para evitar a queda do preço em anos de produção abundante. Desta forma, o comércio exterior deveria:

"(...) ser sempre muito livre, desembaraçado de todos os entraves e isento de todos os impostos, porque é pela comunicação que estabelece entre as nações que se pode assegurar constantemente no comércio interno o melhor preço possível dos produtos do território e a maior renda possível para o soberano e para a nação". (Quesnay, 1996, p.223)

### 2.3 – A ESCOLA CLÁSSICA

O início da escola clássica inglesa de economia é identificado com a publicação, em 1776, do livro “Riqueza das Nações” de Adam Smith (1723-1790). Seu término também é datado pela publicação de outro livro: “Princípios de Economia Política” de John Stuart Mill, em 1848.

Para Schumpeter (1964), Smith pertence ao final do período fisiocrata e não ao início do período clássico. Segundo ele, o período clássico da economia tem início com a publicação do “Ensaio sobre a População” de Thomas Robert Malthus, em 1798.

Deixando de lado esta controvérsia, o fato evidente é que Smith ainda está preso ao conceito de “riqueza” que dominou tanto na escola mercantilista como na fisiocrata. Isto



é plenamente justificável pelo próprio título completo de seu livro: “Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações”.

No entanto, a posição de Smith sobre o que seja riqueza é totalmente diferente das idéias mercantilistas e um pouco próxima das fisiocratas. Para Smith, a riqueza não está na quantidade de metais preciosos que uma nação possui (mercantilistas) e não apenas na produção agrícola (fisiocratas), mas sim está na produção de bens, tanto agrícolas como manufaturados.

Com relação ao setor terciário, Smith tratou do assunto no livro segundo (capítulo III) da “Riqueza das Nações”. Neste capítulo, intitulado “A acumulação de capital, ou o trabalho produtivo e o improdutivo”, Smith vai distinguir dois tipos de trabalho: o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. Por trabalho produtivo, refere-se ao trabalho aplicado na produção de alguma mercadoria (agrícola ou manufaturada) e por trabalho improdutivo aquele que é executado no mesmo instante em que é consumido, não gerando nenhuma mercadoria concreta:

“Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor do objeto sobre o qual é aplicado; e existe outro tipo, que não tem tal efeito. O primeiro, pelo fato de produzir um valor, pode ser denominado produtivo; o segundo, trabalho improdutivo. Assim, o trabalho de um manufator geralmente acrescenta algo ao valor dos materiais com que trabalha: o de sua própria manutenção e o lucro de seu patrão. Ao contrário, o trabalho de um criado doméstico não acrescenta valor algum a nada (...) O trabalho de algumas das categorias sociais mais respeitáveis, analogamente ao dos criados domésticos, não têm nenhum valor produtivo, não se fixando ou realizando em nenhum objeto permanente ou mercadoria vendável que perdure após encerrado o serviço, e pelo qual igual quantidade de trabalho pudesse ser conseguida posteriormente. O soberano, por exemplo, com todos os oficiais de justiça e de guerra que servem sob suas ordens, todo o Exército e Marinha, são trabalhadores improdutivos (...) Na mesma categoria devem ser enquadrados algumas das profissões mais sérias e mais importantes, bem como algumas das mais frívolas: eclesiásticos, advogados, médicos, homens de letras de todos os tipos, atores, palhaços, músicos, cantores de ópera, dançarinos de ópera, etc”. (Smith, 1996, p.333, v. I)

O fato de Smith considerar alguns tipos de trabalho produtivos e outros improdutivos, leva a suspeitar das influências que sofreu dos fisiocratas. A concepção dos fisiocratas

de classe produtiva e classes estéreis, está transposta para o livro de Smith na forma de trabalho produtivo e trabalho improdutivo. O que distingue os dois tipos de análise é que enquanto os fisiocratas só reconheciam a atividade agrícola como produtiva, Smith reconhece além da agrícola, também a atividade manufatureira. Mas em ambos, Quesnay e Smith, a classe dos serviços (ou setor terciário) é considerada estéril ou improdutivo.

O que Smith queria dizer ao tratar do trabalho produtivo e improdutivo é que tanto os trabalhadores do primeiro quanto do segundo trabalho, eram mantidos pela produção anual da terra e da manufatura. No entanto, só os primeiros é que produziam as mercadorias consumidas pelos dois tipos de trabalho. Por isto, uma nação que tivesse poucos trabalhadores produtivos em comparação com os trabalhadores improdutivos, poderia sofrer de falta de mercadorias.

No entanto, conforme salientado por Almeida, Smith vai mais além sobre essa discussão que se prende ao problema da tangibilidade das atividades manufatureiras e dá um passo no sentido de reconhecer o caráter produtivo dos serviços, ou, pelo menos, dos serviços produzidos em bases capitalistas?

"Smith afirma também que é produtivo todo trabalho pago com capital e não com renda e não com renda. Em outros termos, é produtivo todo trabalho que paga a si mesmo e ainda gera um lucro, enquanto é improdutivo toda atividade que implica apenas uma despesa sem retorno". (Almeida, 1997,p.7)

Outro fato relevante para este estudo, é que não é possível separar as idéias de um autor do seu tempo de criação. O ambiente em que o autor está inserido é determinante para sua análise do fato em observação. Assim, Almeida coloca-se muito bem em relação à Smith ao "(...) situar seu discurso no espaço e no tempo" (Almeida, 1997, p.07). De que modo Smith poderia tratar os serviços como uma atividade produtiva se, em sua época, não existia o consumo e a produção de serviços em bases empresarias amplas? Com exceção dos serviços de transporte e comércio, os serviços eram principalmente pessoais e domésticos, pagos com renda e não com capital. É por esta razão que Smith

considera o capital empregado no comércio como produtivo (Livro Segundo, capítulo V, da "Riqueza das Nações"):

"Assim, pois, o mesmo capital, em um país, movimentará um contingente maior ou menor de mão-de-obra produtiva e acrescentará um valor maior ou menor à produção anual de sua terra e de seu trabalho, conforme às diferentes proporções em que esse capital for aplicado à agricultura, às atividades manufatureiras e ao comércio atacadista". (Smith, 1996, p.363, v. I)

No entanto, considera o capital empregado no comércio de exportação o menos produtivo de todos. Mas, tanto o comércio como o transporte (atividades terciárias), eram para Smith essenciais para a produção agrícola e manufatureira.

Apesar do predomínio dos economistas ingleses nesta época, coube a um francês, redefinir o papel do setor terciário na economia. Jean-Baptiste Say (1767-1832), considerado injustamente por muitos como um simples vulgarizador das idéias de Smith na França, avançou em relação ao próprio Smith na análise do setor improdutivo ou estéril. Em seu "Tratado de Economia Política" de 1803, Say também está preocupado com o conhecimento da verdadeira natureza das riquezas. A exemplo de Smith, acredita que a riqueza esteja na produção, mas, no entanto, supera o autor da "Riqueza das Nações" ao afirmar que a produção não se limita a bens concretos (materiais) criados pela agricultura ou manufatura: "A produção não é em absoluto uma criação de matéria, mas uma criação de utilidade. A produção não se mede, de maneira alguma, pelo comprimento, volume ou peso do produto, mas pela utilidade que lhe foi dada"(Say, 1983, p.68). Assim, para um produto ser útil, não necessita que este produto seja concreto, ele pode ser um produto imaterial, ou seja, o produto pode ser qualquer tipo de serviço, pois para Say todos os serviços são verdadeiramente produtivos:

"Smith recusa o nome de *produtos* aos resultados dessas indústrias. Ao trabalho que elas realizam, ele dá o nome de *improdutivo*, o que é uma consequência do sentido que ele liga à palavra *riqueza*; em lugar de dar esse nome a todas as coisas que têm um valor trocável, confere-o apenas às coisas que têm um valor trocável *capaz de se conservar*, recusando-o, conseqüentemente, para os produtos cujo consumo ocorre no mesmo instante de sua criação. O trabalho de um médico, no entanto, e, se

quisermos multiplicar os exemplos, o trabalho de um administrador da coisa pública, de um advogado, de um juiz, que são todos do mesmo gênero, satisfazem a exigências tão necessárias que, sem seus trabalhos, nenhuma sociedade poderia subsistir. Não são reais os frutos desses trabalhos? Ora, são tão reais que são adquiridos ao preço de um outro produto que é material, ao qual Smith concede o nome de riqueza; são tão reais que, por essas trocas repetidas, os produtores de produtos imateriais adquirem fortunas" (p.125/126)

Say também classifica três tipos de indústria: agrícola, manufatureira e comercial. A indústria comercial é aquela que coloca ao alcance do consumidor o produto fabricado em qualquer lugar do mundo, tendo assim um papel produtivo semelhante à agricultura e à manufatura.

David Ricardo (1772-1823), em seus "Principles" de 1817, traz uma passagem que remete a discussão sobre trabalho produtivo e improdutivo: "Sua capacidade (do país) para manter frotas e exércitos e todo tipo de trabalho improdutivo é proporcional ao seu rendimento líquido e não ao seu rendimento bruto"(Ricardo, 1982, p.236). Ele está analisando a passagem de Smith que diz que um capital empregado na agricultura aciona uma maior quantidade de trabalho produtivo, se comparado a manufatura, e que o capital empregado no comércio de exportação é o menos produtivo dos três. Em seu capítulo I ("Sobre o valor"), Ricardo credita ao comércio um papel de acrescentar valor às mercadorias:

"Se considerarmos um estágio da sociedade no qual grandes progressos já foram realizados, e no qual florescem as artes e o comércio, observamos que o valor das mercadorias também varia segundo este princípio: ao estimar o valor de troca das meias, por exemplo, descobriremos que o seu valor, comparado com o de outras coisas, depende da quantidade total de trabalho necessária para fabricá-las e lançá-las no mercado". (p.50)

Deste modo, parece que Ricardo atribui um caráter útil ao comércio. No entanto, ele faz uma distinção entre produto (ou valor criado) e riqueza, ou seja, "(...) entre o valor acrescentado ao produto global no processo de produção e a acumulação de excedente em forma física, material"(Kon, 1992, p.25). Deste modo, Ricardo considera que

somente o trabalho produtivo (ou material) é que acrescenta valor à riqueza (Almeida, 1997).

Já Thomas Robert Malthus (1766-1834), amigo e crítico de Ricardo, volta a tratar do tema "trabalho produtivo e improdutivo" em seus "Principles" de 1820. Para Malthus (capítulo I: "As definições de riqueza e de trabalho produtivo"), a riqueza de um país era a soma de objetos tangíveis e intangíveis, desta forma, qualquer tipo de trabalho, material ou imaterial, seria produtivo. Sugere, então, que se substitua os termos "produtivo e improdutivo" de Smith, por "mais produtivo e menos produtivo", sendo menos produtivo o trabalho que não é aplicado em artefatos materiais:

"Se não restringirmos a riqueza a objetos tangíveis e materiais, podemos considerar todo trabalho produtivo, mas produtivo em diferentes graus; e a única alteração que seria preciso fazer no trabalho de Adam Smith (...) seria a substituição dos termos produtivo e improdutivo por mais produtivo e menos produtivo". (Malthus, 1996, p.34)

No entanto, de acordo com Malthus, mesmo sendo menos produtivas, as atividades terciárias, representadas pelo comércio e transporte, contribuem para agregar valor às mercadorias.

Para o alemão Georg Friedrich List (1789-1846), em seu livro "Sistema Nacional de Economia Política" de maio de 1841, o progresso de uma nação está no avanço das forças produtivas do trabalho. E este avanço depende não só de ocupações produtoras de bens materiais, mas também de ocupações intelectuais. List avança em relação a seus antecessores, pois coloca o trabalho imaterial como mais produtivo do que o trabalho material.

Para explicar sua teoria, List faz distinção entre a "teoria dos valores" e a "teoria das forças de produção". Desta forma, cita Smith, que diz que "(...) o aumento da riqueza depende primeiramente da força produtiva da mão-de-obra, ou seja, do grau de habilidade, destreza e competência com o qual a mão-de-obra da nação geralmente é aplicada, e, em segundo, da proporção entre o número dos cidadãos empregados produtivamente e o dos improdutivos"(Smith citado por List, 1983, p.98). Coloca List,

que embora Smith perceba que a riqueza depende das forças produtivas, não desenvolve este tema, partindo para a análise de uma teoria dos valores:

"No conjunto, Adam Smith reconheceu tão pouco a natureza de todos esses fatores e forças, que nem sequer atribuiu um caráter produtivo ao trabalho intelectual daqueles que mantêm as leis e a ordem, e cultivam e promovem a instrução, a religião, a ciência e a arte. Suas investigações se restringem às atividades humanas que geram valores materiais (...) Se Smith tivesse seguido a idéia da 'força produtiva', sem deixar que sua mente fosse dominada pela idéia de 'valor', 'valor de troca', teria sido levado a perceber que, para explicar os fenômenos da economia, é necessário considerar, além da 'teoria dos valores', uma teoria independente 'da força produtiva'". (List, 1983, p.99)

O desprezo que List encontra nos escritores clássicos ingleses em relação ao trabalho intelectual, o leva a afirmações de grandes contrastes:

"A pessoa que cria porcos, segundo essa escola, é um membro produtivo da comunidade, ao passo que quem educa pessoas é um elemento meramente improdutivo (...) O médico que salva vidas de seus clientes não pertence a classe produtiva, mas sim o farmacêutico que faz remédios (...) Um Newton, um Watt ou Kepler não são tão produtivos como um jumento, um cavalo, ou um boi de carro". (p.102)

List acredita que Say não corrigiu esta falha de Smith ao introduzir os "bens imateriais" ou produtos imateriais como produtivos, porque diz que estes bens são produtivos por serem remunerados com valores de troca e porque seus êxitos foram obtidos sacrificando valores de troca, e não porque geram forças produtivas:

"Os erros e contradições da escola dominante, para os quais chamamos a atenção, podem ser facilmente corrigidos do ponto de vista da *teoria das forças produtivas*. Certamente são produtivos os que criam porcos e preparam pílulas, mas os educadores de crianças e de adultos, os artistas, os músicos, os médicos, os juizes, os administradores são produtivos em grau muito mais elevado (...) A prosperidade de uma nação não aumenta, como acredita Say, na proporção em que esta acumulou maior riqueza (isto é, valores de troca), mas na proporção em que mais *desenvolveu suas forças de produção*". (p.103)

Segundo List, é o desenvolvimento das forças produtivas de um país que permite ampliar sua produção de mercadorias físicas (tangíveis). Dessa forma, nega o trabalho físico como causa única da riqueza.

Por fim, o último representante da escola clássica inglesa, John Stuart Mill (1806-1873). Depois de todo avanço e esclarecimento que o trabalho de List trouxe, Mill volta a classificar o trabalho de "produtivo e improdutivo" (do mesmo modo de Smith). Em seus "Principles" de 1848, Mill coloca os serviços de transporte e comércio como produtivos, pois contribuem para o aumento da riqueza (porque aumentam os preços dos produtos materiais). No entanto, o trabalho do ator, juízes, soldados, médicos, etc., eram serviços improdutivos.

Mas, o termo improdutivo, dado ao trabalho que não cria riqueza material, não deve ser entendido de forma depreciativa, pois Mill não nega a utilidade do trabalho: "Não sendo a produção o fim exclusivo da existência humana, o termo improdutivo não representa necessariamente um estigma, nem pretendi jamais fazê-lo no presente caso" (Mill citado por Kon, 1992, p.29). O autor salienta também que existiam serviços que eram "indiretamente produtivos", porque ajudavam a aumentar a produção dos bens materiais. Entre estes serviços, se encontravam os instrutores de operários ou agentes de segurança de trabalho (Almeida, 1997).

## 2.4 KARL MARX

Karl Marx (1818-1883) retorna também à Smith e classifica o trabalho como produtivo e improdutivo. Sob a ótica da produção da mais-valia, escreve que todo trabalho que é explorado por um capitalista, ou seja, todo trabalho que permite apropriar a mais-valia criada pelo trabalhador, é produtivo. Ao contrário, todo trabalho que não esteja na órbita capitalista é improdutivo: o alfaiate autônomo, o agricultor de subsistência, o médico e professor autônomos, etc. Desta forma, o trabalho é produtivo ou improdutivo, não pelo seu caráter material ou imaterial, mas sim pelo papel de produto de mais-valia. É produtivo, portanto, todo trabalho assalariado, tanto faz que seja na agricultura,

manufatura, comércio, serviços, diversões, etc. Produtivo é todo tipo de trabalho que produz mais-valia. Assim, o trabalho agrícola e manufatureiro é improdutivo desde que seja executado fora da forma capitalista de produção:

"(...) o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera nada na relação". (Marx, 1984, p.105/106, v. II)

## 2.5 OS MARGINALISTAS/NEOCLÁSSICOS

Os autores marginalistas (ou neoclássicos, como foram chamados por Joan Robinson nos anos 40 do século XX, e adotado então por Paul Samuelson) conseguiram chegar a conclusões mais reais sobre o setor terciário. Como coloca Almeida, os economistas marginalistas:

"(...) puderam acompanhar o crescimento do setor serviços em sociedades já industrializadas e urbanizadas. Verificando não somente o desenvolvimento da produção empresarial de serviços, mas também a expansão da força de trabalho *white-collar* na Europa, eles reafirmaram explicitamente o caráter produtivo dos serviços". (Almeida, 1997, p.12)

O que também ajudou os marginalistas a evidenciar o caráter produtivo do setor terciário, foi a mudança na abordagem da "teoria do valor". Trocando a teoria do valor-trabalho por uma teoria do valor-utilidade, os marginalistas puderam perceber melhor o caráter produtivo do terciário.

Como principais representantes da corrente marginalista do século XIX, pode-se citar Léon Walras (para quem riqueza social eram coisas materiais e imateriais), Karl Menger



e W. S. Jevons. No entanto, coube ao seu principal representante, colocar a questão do setor terciário da melhor forma: Alfred Marshall (1842-1924). Seus "Principles of Economics" de 1890, traduzem perfeitamente o entendimento moderno de trabalho produtivo: "(...) seria melhor considerar todo o trabalho como produtivo, exceto aquele que deixasse de atingir o fim colimado, e que destarte não produzisse utilidade alguma"(Marshall citado por Almeida, 1997, p.13).

Incluindo Joseph A. Schumpeter (1883-1950) como teórico marginalista, este volta a considerar as "forças produtivas" do trabalho, que eram, para ele, constituídas de coisas parcialmente materiais (equipamentos, matérias-primas) e parcialmente imateriais (serviços diversos). Segundo Kon: "O trabalho, assim, não é um produto, mas um meio de chegar ao produto; dessa forma, Schumpeter implicitamente afirma que qualquer serviço resultante do trabalho é produto"(Kon, 1992, p.35). Portanto, também Schumpeter considera os serviços como atividades produtivas.

## 2.6 JOHN MAYNARD KEYNES

Keynes (1883-1946) foi educado de acordo com a tradição marginalista, mas a crise dos anos 30, que desempregou grande parcela da população dos países desenvolvidos (25% nos Estados Unidos), trouxe-lhe uma desconfiança em relação à teoria econômica em que foi ensinado e que então também ensinava.

A preocupação fundamental de Keynes em seu livro "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" (1936) é o desemprego. Critica a teoria dominante, que só enxergava o desemprego na forma "friccional" e "voluntária". Esta teoria dizia que só existiam pessoas desocupadas porque estas não aceitavam baixos salários. Keynes discorda desta análise e diz que mesmo que o salário baixasse, o desemprego não diminuiria. Ou seja, existia uma outra categoria de desemprego: o "involuntário", onde o trabalhador não encontrava ocupação mesmo aceitando ganhar menos.

Keynes não entra em considerações sobre a discussão do que seja trabalho produtivo ou improdutivo. Tudo indica que esta discussão terminou com a análise de Marshall em seus "Principles". Keynes está preocupado com o desemprego, portanto, tenta encontrar fórmulas para aumentar a demanda efetiva, admitindo qualquer tipo de emprego: "(...) cavar buracos no chão à custa da poupança não só aumentará o emprego, como também a renda nacional em bens e serviços úteis" (Keynes, 1982, p.173). Almeida, a exemplo de Kon (1992), também acredita que Keynes considerava que "(...) toda a atividade que implica uma remuneração é útil e produtiva"(Almeida, 1997, p.13).

Outra coisa sobre Keynes, tratada por Almeida, é o caráter "local" que o primeiro dá a produção de serviços, acreditando que o comércio exterior iria perder importância no futuro em razão das substituições de importações por produtos locais e pela crescente participação dos serviços no produto nacional de cada país, sendo que estes serviços não eram transacionados internacionalmente. Nisto Keynes errou: o intercâmbio mundial tem apresentado as maiores taxas de crescimento justamente nos serviços (em comparação ao comércio de mercadorias).

## 2.7 A ANÁLISE MODERNA DE FISHER E CLARK

Segundo Franco (1997), quem primeiro evidenciou a existência de três setores na economia foi o economista neo-zelandês A. G. B. Fisher em artigo no "The Economic Journal", em 1933. Embora não trate a divisão em "setores" mas em "estágios", Fisher apresentou as atividades econômicas divididas em produção primária, produção secundária e produção terciária. Para ele, pertenciam ao setor terciário os serviços surgidos em decorrência dos avanços nas atividades agropecuárias e industriais. Fisher deu grande ênfase a produção terciária, pois achava que ela seria a solução para as fases depressivas dos ciclos econômicos em países com alto grau de industrialização, quando os investimentos encontrariam no setor terciário uma nova forma de acumulação de capital.

Em 1940, o economista australiano Colin Clark publica seu famoso livro "The Conditions of Economic Progress", onde defende as teses de Fisher sobre o setor terciário. É Clark, sob a influência do artigo de Fisher, "(...) que divide a economia em *setores econômicos*, inaugurando a atual classificação vigente na maioria dos países"(Franco, 1997, p.139). Ou seja, setor primário, secundário e terciário. As idéias de Clark em relação ao desenvolvimento da sociedade são pontuais e praticamente aceitas sem muita discussão, e assim são explicadas por Franco:

"Em seu estudo, ele postula que quando um país se desenvolve - e aumenta sua *renda per capita* - a proporção de sua população ativa ocupada na produção primária diminui, a proporção terciária aumenta e a proporção ocupada na produção secundária aumenta até um máximo, diminuindo depois. Isto indica, portanto, que cada país alcança uma etapa de industrialização máxima. Passada esta, o emprego na indústria começa a diminuir relativamente à produção terciária. Tal transferência de população ativa seria, para ele, tanto uma consequência quanto um indicador de aumento do nível de vida". (p.139)

A partir da constatação de Fisher e Clark sobre o setor terciário, os avanços sobre o estudo deste setor se desenvolveram em todas as partes do mundo, inclusive na América Latina e no Brasil. Os estudos recentes sobre o terciário, englobando definições, características e classificações, serão analisadas no capítulo seguinte.

### 3 DEFINIÇÃO, CARACTERÍSTICAS, CLASSIFICAÇÃO E EXPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO

No capítulo anterior, foi feita uma abordagem sobre as atividades terciárias na História do Pensamento Econômico, caracterizando-as segundo diversas concepções históricas e enfocando várias posições a respeito do seu caráter produtivo ou não. Neste capítulo, será feita uma abordagem conceitual mais atual dessas atividades, bem como serão estudadas algumas explicações para o seu crescimento.

Muitos trabalhos publicados, confirmam a dificuldade de definir este setor da economia, devido às limitações existentes no sentido de entender a variedade das atividades que o compõem, assim como suas características e classificação. Além disso, é considerada muito pequena a produção de estudos sobre o setor, em comparação com o que é produzido sobre os setores primário e secundário.

#### 3.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO SETOR TERCIÁRIO

Este item inicia-se com uma tentativa de delinear uma abordagem mais atual para o setor terciário, ou de serviços, dada a evolução dos conceitos ao longo do tempo. Mas, defini-lo é uma tarefa um tanto quanto complicada devido a imensa variedade de atividades pertencentes ao setor, que o caracterizam como um setor muito heterogêneo. Uma conceituação bastante simplista é a de que o setor terciário é o setor dos serviços. Foi Clark quem introduziu esta nova expressão para designar as atividades terciárias, pois, segundo ele, esta nomenclatura seria mais adequada para expressar a grande variedade das atividades que compõem o setor (Melo, 1998).

Mesmo assim, não há um consenso sobre qual nomenclatura utilizar. Alguns autores utilizam o termo "terciário" enquanto outros usam o termo "serviços". Mas, o que vem a ser o setor terciário ou de serviços? Em muitos trabalhos desenvolvidos sobre este setor, verificou-se que os autores o definem a partir de um conceito "negativo" ou "por exclusão", em que os serviços são atividades que não pertencem nem ao setor primário nem ao secundário, possuindo em comum a característica de não produzirem bens.

A grande parte dos estudos desenvolvidos sobre o setor considera que, ao contrário da produção de bens físicos (ou bens tangíveis), os serviços são caracterizados como intangíveis (imateriais), porque desaparecem no momento da sua produção: simultaneamente ocorrem os processos de fornecimento (oferta) do serviço e o seu consumo. Além disso, possuem a qualidade de não serem estocados. Segundo Oliveira (197?), na produção terciária, os seus produtos ou o resultado da aplicação da força de trabalho resultam em produtos imateriais, sem corporaneidade, chamados de serviços. Entretanto, apesar dessas expressões de intangíveis e imateriais, estas são características que podem ser contestadas, pois alguns serviços possuem uma base material (livros, cd's, programas de computador, bilhetes de transporte, etc.).

Com o advento da revolução microeletrônica, estão diminuindo muitas diferenças existentes entre as atividades de serviços e as atividades industriais, pois hoje a integração entre ambas é tão grande que alguns autores já utilizam o termo "indústria de serviços" para tratar de muitas das atividades de serviços produzidas em nível industrial.

Além disso, estas características dos serviços quanto à não-estocabilidade, imaterialidade e inseparabilidade do seu processo de produção e consumo já não são totalmente aceitas.

Graças aos avanços da tecnologia, é possível apontar algumas impropriedades conceituais que dificultam a caracterização do setor terciário<sup>1</sup>: alguns serviços já podem ser estocados e transportados, como é o caso da produção eletrônica realizada na área da informática (softwares), da produção cinematográfica, cd's, vídeos-cassetes, etc. Quanto a imaterialidade dos serviços, esta característica pode ser questionada porque restaurantes, hotéis, serviços de reparação, para citar alguns exemplos, necessitam de material para a realização das suas atividades, funcionando como "fábricas". Por fim, a inseparabilidade entre os processos de produção e consumo dos serviços é reconhecida apenas parcialmente. A produção e o consumo se confundem em casos como o transporte, show musical, etc., o que não significa que esta característica seja

---

<sup>1</sup> Estas impropriedades e seus respectivos exemplos foram extraídos de Menezes (1997), que se baseou em Gadrey, J. *L'economie des services*. Paris, La découverte, 1992.

generalizada para todos os serviços existentes. Os exemplos já citados do vídeo-cassete, cd's e softwares, são também casos em que os serviços podem ser armazenados e consumidos de acordo com as necessidades do comprador.

Uma importante característica do setor, já comentada, é a grande heterogeneidade de suas atividades, que resulta da existência de atividades muito diferenciadas: "(...) na medida em que os serviços direcionam-se a diferentes mercados – o do consumidor final, o intermediário (o produtor de bens) e o governo (público) – envolvendo distintos processos de produção associados a diferentes graus de progresso técnico”(Melo, 1996, p.04), resultando em uma outra característica: a segmentação do setor. Assim, este possui um componente moderno e outro tradicional. Entre estes segmentos há diferenças de combinação no que se refere à relação capital-trabalho, incorporando mão-de-obra com diferentes níveis de qualificação.

O setor terciário moderno está relacionado com o setor industrial, acompanhando a sua modernização:

“O conceito de moderno se prende a dois critérios fundamentais: a capacidade de absorção de tecnologias e o grau de integração desse setor com a indústria. O crescimento do setor terciário moderno vem, necessariamente, carregado pelo crescimento e reorganização produtiva da indústria”. (Andrade, 1995, p.19)

A utilização de técnicas modernas permite uma maior produtividade, assim, ainda segundo Andrade, há um fator que diferencia o setor serviços moderno do setor industrial. É que o setor serviços não é gerador de novas tecnologias, ele é demandador de tecnologias do setor industrial. Dessa forma, percebe-se que a modernização do setor serviços está atrelada à modernização do setor industrial.

Já o setor de serviços, considerado como tradicional, é aquele em que predomina o terciário "informal", que exige pouco ou nenhum investimento em capital. O terciário tradicional é menos absorvedor de tecnologia, sendo muito intensivo em trabalho e por isso absorve grande parte da mão-de-obra não qualificada. O setor terciário tradicional caracteriza-se pela contratação intensiva de mão-de-obra, ao contrário do setor

industrial, que tende cada vez mais a utilizar inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra. Este caráter intensivo do trabalho contribui para a crescente importância do setor como responsável por inúmeras oportunidades de emprego.

Outro problema do setor terciário é a dificuldade de mensuração de seu produto e produtividade, principalmente pelo fato de não existir uma definição clara sobre a classificação das suas inúmeras atividades, e devido a grande precariedade de uma base estatística que cubra o setor. Além disso, é difícil definir o que seja a produção de muitas das empresas de serviços. Segundo Moreira (1993), em um trabalho desenvolvido por Victor Fuchs (que tratava da produtividade do setor serviços nos Estados Unidos da América), a preocupação deste autor residia nas diferenças entre as taxas de crescimento dos setores primário, secundário e de serviços, estando este último em desvantagem em relação aos outros dois setores no que se referia ao crescimento anual da produtividade, no período que compreendia os anos de 1929 a 1961. Uma explicação encontrada por Fuchs para esse comportamento estava no fato de que a baixa produtividade do setor se devia à pressão pela busca de empregos, que por sua vez, resultava do crescimento da produtividade dos setores primário e secundário, proporcionado pelo progresso técnico.

Reproduziu-se, com o intuito de mostrar esta questão da produtividade para o caso brasileiro, os dados obtidos a partir do trabalho de Moreira, conforme Tabela 1. Apesar deste exemplo limitar-se às décadas de 1950 a 1980, ele é muito ilustrativo, pois, nos anos noventa, ainda se confirma esta característica de produtividade inferior dos serviços.

A Tabela 1 fornece as produtividades (produção por pessoa empregada) para os três setores da economia brasileira. A análise da mesma, mostra que o setor serviços teve uma produtividade muito inferior em relação à indústria e à agropecuária. Enquanto, em 1980, a produtividade do setor agropecuário aumentou 181,8% e a do setor industrial 228,4% (em relação a 1950), o setor serviços teve um aumento de produtividade de apenas 95,7% em 30 anos. Assim, como no caso norte-americano, o exemplo brasileiro confirma tendências de um crescimento lento da produtividade em serviços

relativamente aos outros dois setores. Esta baixa produtividade da mão-de-obra deve-se a estrutura do setor, que, em sua grande parte, tem uma maior necessidade de pessoal; além disso, como as atividades são muito diversificadas, em muitas delas o único fator utilizado é o trabalho, resultando numa produtividade sempre menor.

TABELA 1: Variações na produtividade: anos selecionados  
Brasil (Base: 1950 = 100)

Setor de atividade	1950	1960	1970	1980
Agropecuária	100	120,4	137,1	281,8
Indústria	100	217,5	257,1	328,4
Serviços	100	116,6	153,5	195,7

Fonte: Moreira (1993, p.60).

### 3.2 CLASSIFICAÇÃO DO SETOR TERCIÁRIO

A enorme heterogeneidade do setor terciário, caracterizada pela existência de inúmeras e variadas atividades, impossibilita uma classificação única das atividades que o compõem. Existem muitas tentativas na literatura econômica que procuram definir uma tipologia que classifique-as em função de uma característica relevante. A mais utilizada e abrangente foi elaborada por Browning e Singelman e Elfring<sup>2</sup>, que adotaram uma divisão que melhor classifica o setor terciário. Entretanto, a não existência de um padrão para a classificação do setor terciário, cria, muitas vezes, problemas na análise de trabalhos que utilizam tipologias diferentes.

Browning e Singelman e Elfring dividiram o setor terciário em quatro sub-setores: serviços produtivos, serviços distributivos, serviços sociais e serviços pessoais. O critério utilizado nesta classificação dos serviços é o tipo de demanda, distribuindo os

<sup>2</sup> Há uma diferença entre a tipologia adotada por Browning e Singelman e a que foi adotada por Elfring. Este considerou os serviços postais nos serviços de comunicação, que pertence ao sub-setor dos serviços distributivos, enquanto aqueles os classificaram como serviços sociais. Esta diferença deve-se ao fato de que na Europa as estatísticas oficiais não desagregam os serviços de comunicação (Pero, 1995).



sub-setores segundo as categorias de destino da produção. Os serviços produtivos e os serviços distributivos são demandados principalmente pela indústria, enquanto os serviços sociais e pessoais são demandados basicamente pelo setor pessoal da economia (Andrade, 1995). Os quatro sub-setores agrupam as seguintes atividades:

1 – Serviços produtivos: em geral são serviços auxiliares ao processo produtivo, demandados especialmente pelas empresas do setor industrial. Os serviços produtivos estão associados a questão da terceirização, em que contratam-se serviços de terceiros para executarem serviços que antes eram realizados no interior da indústria. São eles: serviços profissionais, serviços jurídicos, de auditoria, de consultoria, de informática, de publicidade e propaganda, de engenharia, serviços de negócios financeiros, de seguros e imobiliários.

2 - Serviços distributivos: assim como os serviços produtivos, estes são em geral demandados pela indústria, podendo ser ofertados pelas firmas e em menor grau pelos indivíduos. São atividades efetuadas pelas empresas após o término do processo produtivo. A diferença entre os serviços produtivos e os distributivos é que estes últimos são demandados apenas quando a mercadoria estiver pronta. Envolve as atividades de comércio (varejista e atacadista), transporte, comunicação e armazenagem.

3 - Serviços sociais: são atividades realizadas para a sociedade, atendendo a demanda coletiva, e que caracterizam-se por serem não-comercializáveis. O setor público (ou o governo) é responsável pela oferta destes serviços que estão ligados à administração pública, defesa e segurança nacional, serviços de saúde, educação e demais serviços sociais (serviços comunitários, associações de classes, etc.).

4 - Serviços pessoais: caracterizam-se por atenderem a demanda privada ou individual. Pertencem a esse sub-setor os serviços de hotéis, bares e restaurantes, recreação e diversão, serviços domésticos, serviços de reparos, vigilância, limpeza e lavanderia, barbearia, beleza, higiene pessoal, etc. Estes serviços podem ser ofertados por trabalhadores autônomos, domésticos ou firmas especializadas. Mas, atualmente, alguns serviços pessoais sofrem concorrência dos produtos industriais, o que tem influenciado

a realização de algumas tarefas dentro dos lares. Entre outros exemplos, há o caso das máquinas de lavar roupas ou pratos, que dispensam os serviços de uma empregada doméstica.

### 3.3 EXPLICAÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO SETOR TERCIÁRIO

O crescimento do setor terciário é uma tendência verificada tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, e que está associado ao aumento na geração de produto e da participação do emprego no total dos ocupados. O estudo do crescimento do setor terciário, como importante gerador de empregos em diferentes economias (tanto desenvolvidas quanto em desenvolvimento), se dá a partir de diversos contextos econômicos, sendo que nas economias mais desenvolvidas, ele está ligado a temas como a desindustrialização e pós-industrialização, enquanto que nas economias em desenvolvimento, as preocupações estão mais centradas nos temas de sub-emprego e crescimento do setor informal (Dias, 1988), estas últimas características do crescimento “espúrio” das atividades terciárias, verificadas sobretudo na América Latina.

É a partir dessas duas óticas, a da "desindustrialização" ou "pós-industrialista" e a do "crescimento espúrio", que será feita uma análise do crescimento do setor terciário. Entretanto, há outras abordagens que servem para explicar sua expansão, direcionando-se mais para o caso dos países desenvolvidos. São duas as hipóteses: a "doença de custos", analisada por Baumol e a "Lei de Engel".

#### 3.3.1 - A Corrente Pós-Industrialista

Baseando-se no trabalho de Andrade (1995), a corrente pós-industrialista é resultado dos estudos de Fisher e Clark, que desenvolveram a teoria do modelo de três setores. Clark afirmava que a expansão das atividades industriais era uma etapa que antecedia a etapa da expansão dos serviços, e que era preciso percorrer todas as etapas para se chegar ao desenvolvimento. Assim, a primeira etapa seria aquela correspondente ao setor primário, seguida do setor secundário e, após passar por estes dois estágios, a dinâmica da economia estaria caminhando em direção à terceira etapa, representada pelo setor terciário. Uma sociedade, nesta etapa do desenvolvimento teria como

predominância o trabalho em serviços, caracterizando-se como uma sociedade pós-industrial.

De acordo com os pós-industrialistas, o crescimento do setor terciário na geração de empregos e produto resultaria do processo de construção de uma “sociedade de massa”, o que estava associado à idéia de consumo de serviços finais. Esta corrente considera que há uma substituição da indústria pelos serviços:

“As formulações da teoria do desenvolvimento sobre o papel do terciário na sociedade de consumo, tributária da formulação de Fisher-Clark, foram denominadas de pós-industrialistas, pois, a partir das mudanças nas estruturas ocupacionais e do PIB, supunham, que as atividades industriais haviam perdido importância para a compreensão da dinâmica econômica e correlacionavam o grau de desenvolvimento de cada economia ao crescimento do setor terciário. Acrescente-se ainda, que o crescimento sistemático da renda per capita nos países desenvolvidos, depois de 1945, era tomado como indicador da tendência de ampliação de serviços finais”. (Dedecca e Montagner, 1992, p.04)

Esta versão da desindustrialização explica o crescimento do emprego no setor terciário devido a queda no emprego industrial, resultante das novas tecnologias que elevam a produtividade ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de mão-de-obra, que por sua vez tende a buscar oportunidades no setor terciário.

No entanto, algumas críticas são feitas a esta corrente<sup>3</sup>: a primeira delas está no fato de que a corrente pós-industrialista não leva em conta a relação existente entre os setores terciário e industrial, pois considera que a indústria é substituída, como centro de dinamismo da economia, pelo setor de serviços. O que ocorre é que a indústria vive um processo de reestruturação e o crescimento do terciário está associado a uma relação de complementaridade com a indústria e não apenas de substitutibilidade; a modernização da indústria, através do progresso técnico, leva o terciário “moderno” a acompanhá-la. A segunda crítica, refere-se a grande importância que os pós-industrialistas dão aos serviços finais em detrimento dos serviços produtivos. Com base na primeira crítica, considera-se que a indústria não perdeu importância em relação ao setor terciário, graças à relação de complementaridade existente entre ambos. Então, deve ser levado

---

<sup>3</sup> Para maiores detalhes ver: Dedecca e Montagner (1992) e Andrade (1995).

em conta o fato de que os serviços produtivos têm importância frente ao crescimento do setor terciário, pois estes são auxiliares ao processo produtivo industrial.

### **3.3.2 - A Corrente do Crescimento “Espúrio”**

Esta abordagem sobre o crescimento do setor terciário está ligada ao processo de terciarização ocorrido nos países da América Latina, devido às características do seu acelerado processo de urbanização, ao aumento da participação do setor público e ao processo de industrialização (insuficiente e tardia), incapaz de absorver o excedente de mão-de-obra existente nos centros urbanos. Este excedente se devia, em parte, ao êxodo rural, pois o processo de industrialização não foi acompanhado por mudanças na estrutura agrária (Dedecca, 1992) e nem pela homogeneização do processo produtivo, o que deixou um grande excedente populacional à margem da modernização das atividades produtivas, fato este que contribuiu para a expansão do emprego no setor terciário da América Latina.

Esta expansão do emprego no setor terciário é "(...) tomada como uma expressão dos limites da industrialização"(Brandão e Ferreira, 1992, p.19), levando ao crescimento espúrio das atividades terciárias, já que o desenvolvimento industrial não foi capaz de gerar postos de trabalho em quantidades que permitissem a absorção desse excedente de mão-de-obra.

Desse modo, observa-se que o setor terciário dos países latino-americanos está associado a função de "depositário do excedente de mão-de-obra", que, por sua vez, está relacionado com a absorção de pessoal desqualificado e ligado ao setor informal, e que foi excluído das atividades produtoras de bens, ou seja, dos segmentos dinâmicos da economia.

Aníbal Pinto, economista da escola estruturalista latino-americana, ou simplesmente "escola cepalina", afirma que devido a "malformación estructural" das economias latino-americanas, estas apresentam uma "terciarización espúria". Para ele, o emprego no terciário se deve ao desemprego agrícola e/ou industrial:

"Para estas notas lo que interesa es que la fuerza de trabajo desplazada desde los sectores primarios e la originada en las propias metropolis parecen haber excedido con amplitud la capacidad de asimilación productiva de los demás sectores y de los núcleos urbanos donde se han concentrado el flujo migratorio y el incremento demográfico. De este modo, al sobredimensionamiento de las ciudades principales ha venido a asociarse el fenómeno de una terciarización espuria, sobre todo en servicios no calificados e en diversas modalidades de subempleos e ocupaciones informales(...)" (Pinto citado por Franco, 1997, p.140)

Esta terciarização "espúria" tem relação com o inchaço do setor terciário, que está ligado à marginalidade. Marginalidade que "(...) é caracterizada a partir de vários indicadores como baixo nível de produtividade e de remuneração, intermitência no emprego, autonomia quanto à vinculação empregatícia – em suma, falta de participação efetiva na estrutura ocupacional da economia capitalista moderna"(Kon, 1992, p.51). Em oposição a essa idéia, Francisco de Oliveira afirma que "(...) o inchamento do terciário, através da absorção dessa força de trabalho, tanto em termos absolutos quanto relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista; não se estaria, portanto, em presença de nenhum "inchaço" nem de um segmento marginal da economia"(Oliveira citado por Kon, 1992, p.51).

No entanto, o crescimento do setor terciário da América Latina não pode ser visto somente a partir da corrente do crescimento "espúrio", pois este setor nos países latino-americanos apresenta uma certa dualidade, em que coexistem um setor "atrasado", cujas atividades guardam relações com as atividades tradicionais e/ou informais, importantes como absorvedoras de mão-de-obra; e outro setor "moderno", cujas atividades estão relacionadas ao setor industrial. Conforme Andrade (1995), nos países latino-americanos, muitos autores já consideram a relação indústria-serviços na discussão sobre o papel do setor terciário, mas que depende muito do grau de industrialização alcançado por cada economia.

### 3.3.3 - Outras Abordagens Sobre o Crescimento do Setor Terciário

A literatura econômica internacional também analisa o crescimento dos serviços nos países desenvolvidos a partir de duas hipóteses: a primeira refere-se ao paradoxo conhecido na literatura como "doença de custos" e a segunda faz referência a "Lei de Engel" (Melo, 1996, 1997 e 1998). A análise do crescimento dos serviços com base na "doença de custos" (idéia desenvolvida por Baumol) parte da premissa de que há diferenças de produtividade entre os setores. O setor industrial caracteriza-se pela produtividade mais elevada em relação ao setor terciário, haja vista que aquele está mais sujeito a modernização e ao uso de inovações tecnológicas que propiciam aumento da produtividade. Ocorre que no setor industrial, devido sua produtividade mais alta, os salários são maiores, enquanto os preços tendem a cair, pois seus produtos estão sujeitos à maior concorrência. Já os serviços, apesar da menor produtividade com relação à indústria, tem salários aumentados, visto que os salários tendem a ser homogêneos. Isso leva ao aumento do preço dos serviços e, como estes são inelásticos quanto à demanda, à medida que a renda aumenta, a demanda por serviços tende a aumentar, favorecendo o crescimento do setor e do seu nível de emprego.

A segunda hipótese refere-se à Lei de Engel. Esta mostra que, à medida que a renda aumenta, a demanda por serviços também aumenta, supondo-se que a elasticidade-renda da demanda por serviços seja maior que a unidade. Dessa forma, os serviços são vistos como bens superiores quanto à renda. Esta hipótese supõe que com a elevação da renda, as pessoas primeiramente vão aumentar a demanda por produtos primários, depois por produtos industriais e, finalmente por serviços, sendo que a demanda por serviços será maior que pela demanda por produtos oriundos dos outros dois setores da economia.

Estas hipóteses podem ser contestadas, pois a condição de bem superior não necessariamente é aplicada aos serviços, desde que o aumento da renda pode levar alguns indivíduos a "dispensar" alguns serviços, passando a adquirir certos produtos industriais. Por exemplo: a compra de uma máquina de lavar roupa pode substituir os serviços da lavanderia ou da lavadeira. Neste caso, houve uma substituição dos serviços por produtos industriais. No entanto, pode haver uma relação de complementaridade

entre indústria e serviços, em que a produção de um bem industrial requer a prestação de alguns serviços (Gadrey, citado por Menezes, 1997). O exemplo dado em Menezes é esclarecedor: a compra de um carro (bem industrial) requer a compra de um seguro (serviços). Mas, nestes casos, deve ser considerada a questão da preferência de cada indivíduo, pois cada um tem necessidades diferentes, portanto, a escolha por um serviço ou por um produto industrial vai depender da preferência e do nível de renda das pessoas.

## **4 O MERCADO DE TRABALHO E O SETOR TERCIÁRIO NAS DÉCADAS DE OITENTA E NOVENTA**

### **4.1 Caracterização do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos Oitenta**

A década de oitenta, considerada como a “década perdida”, caracterizou-se pela queda no nível de atividade da produção, políticas salariais que reduziram o poder de compra da população, queda nos investimentos, interrupção dos fluxos de capital internacional e aumento dos encargos da dívida externa (entre outros problemas), que contribuíram para a instabilidade e uma profunda crise recessiva da economia brasileira, marcada pela estagnação com aceleração da inflação.

Um fato marcante, foi que mesmo apesar do baixo crescimento do PIB, que ficou em torno de 1,5% a.a. (Amadeo, 1994), a criação de postos de trabalho não foi um problema grave, visto que a taxa de desemprego aberto atingiu um índice de aproximadamente 5% (calculado pelo IBGE), sendo relativamente baixa em termos internacionais. Para Amadeo, o maior problema do mercado de trabalho brasileiro foi a baixa qualidade do emprego e não a escassa criação de postos de trabalho. Segundo dados deste autor, foram criados mais de 16 milhões de postos de trabalho durante a década de oitenta. O que se pergunta é que, como, com baixas taxas de crescimento do PIB, o mercado de trabalho conseguiu gerar tantos postos? A resposta, conforme Gonzaga (1995), está na precariedade dos novos postos de trabalho gerados e na deterioração dos postos já existentes, resultando na má qualidade dos empregos criados.

Baseando-se ainda nos dados extraídos de Amadeo, constata-se que, durante a década de oitenta, o nível de emprego crescia a uma taxa média de 3,5% a.a., enquanto a taxa de crescimento populacional nesse mesmo período era de 2,1% a.a.. O autor mostra que o mercado de trabalho brasileiro não teve problemas em gerar empregos no período, com exceção de algumas pequenas flutuações, mas o crescimento da força de trabalho que foi maior em relação ao PIB (em média 1,5% a.a.), ocasionou queda salarial em



todos os setores intensivos em mão-de-obra, devido, especialmente, à maior terciarização e informalização ocorrida nos anos oitenta.

Entretanto, a deterioração dos postos de trabalho é observada principalmente no setor terciário, visto que a participação deste na ocupação total vem aumentando de forma crescente, o que é normal numa economia em desenvolvimento, mas é justamente este o setor que tende a oferecer empregos mais precários e menos protegidos pela legislação trabalhista em comparação com o setor industrial (Gonzaga, 1995).

Em suma, nos anos oitenta, mesmo com taxas de desemprego relativamente baixas, o mercado de trabalho brasileiro funcionou através da deterioração das condições de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, através do crescimento dos empregos sem carteira, além da queda acentuada do rendimento médio, conforme salientado por diversos estudos.

#### **4.1.1 Estrutura Setorial do Emprego nos Anos Oitenta**

Recorrendo-se mais uma vez a Amadeo (1994), o autor constatou que houve crescimento do emprego em termos relativos no setor terciário, enquanto o emprego no setor secundário esteve praticamente constante. Na década de oitenta, a criação de milhões de postos de trabalho foi possível principalmente pelo emprego no setor terciário. Como mostra Sabóia: “Uma das transformações mais marcantes na década de oitenta, resultante do movimento migratório rural/urbano foi a conseqüente terciarização da economia”(Sabóia, 1992a, p.04).

A partir dos dados da Tabela 2, observa-se que aumentou a participação do emprego no setor terciário, mas, para o caso brasileiro, esse aumento pode não ter significado uma melhoria das condições do emprego, devido à precariedade do mercado de trabalho, evidenciada pelo aumento dos trabalhadores sem carteira.

Verifica-se que no período em análise<sup>4</sup> houve queda da participação da população ocupada nas atividades agrícolas, que em 1981 era de 29,3%, caindo para 22,8% em 1990. Quanto a indústria, sua participação no total da população ocupada, entre 1981 e 1983 sofreu um pequeno aumento, mas, a partir de 1986, esta participação vai caindo, chegando a 22,8% em 1990. Já no setor terciário, observa-se que houve crescimento praticamente em todos os seus segmentos, verificando-se um aumento de 8,4 pontos percentuais da população ocupada no total do setor ao longo da década.

Em relação aos segmentos de cada setor, propriamente dito, em 1990, o segmento Prestação de Serviços tem uma participação no emprego superior (17,9%) ao encontrado para a Indústria de Transformação (15,2%). Abaixo do segmento Prestação de Serviços vem o Comércio, respondendo por 12,8% da população ocupada. Estes dois segmentos, ao lado do segmento das Atividades Sociais, correspondiam em 1990 a quase 40% do emprego no país.

No entanto, apesar do expressivo crescimento do setor terciário, não se pode esquecer, que a maior participação da população nele ocupada se deu em condições precárias, em razão da piora das condições do trabalho urbano. Desta forma, é preciso identificar qual foi a natureza da terciarização que levou ao crescimento do emprego neste período. Segundo Pacheco:

"Parte da terciarização se explica pela conjuntura de baixo crescimento; parte é resultado do ajustamento da estrutura produtiva, com a externalização de serviços das empresas industriais; e parte mostra-se um resultado da diversificação do comércio e serviços pessoais movida pela maior diferenciação do consumo dos segmentos de rendas médias e altas; para não falar do crescimento relativo do setor público, sobretudo das atividades sociais". (Pacheco, 1992, p.27/28)

A capacidade que o setor terciário tem de gerar emprego pode ser decorrente também do aumento de atividades informais e de baixa produtividade. Diante disso, "(...) ao que

---

<sup>4</sup> Para esta análise foram utilizados dados da PNAD, agregando-se os anos da seguinte forma, conforme estudo de Sabóia (1992): 1981, início da década; 1983, final da crise mais aguda; 1986, fim do período de recuperação da atividade econômica; 1989, e 1990, final da década.

parece a qualidade das ocupações vai passar a ter importância bem maior do que a historicamente concedida ao tema"(Arias e Theodoro citado por Pacheco, 1992, p.32).

TABELA 2: Distribuição da população ocupada por setor de atividade  
Brasil - 1981/1990

(%)

Setor de Atividades	A N O				
	1981	1983	1986	1989	1990
Total Agricultura	29,3	27,1	25,9	23,2	22,8
Ind. Transformação	15,0	14,0	16,2	15,9	15,2
Ind. de Construção	8,1	9,5	6,5	6,2	6,2
Outras Ativid. Ind.	1,6	1,8	1,5	1,5	1,4
Total da Indústria	24,7	25,3	24,2	23,6	22,8
Comércio	10,3	10,6	11,3	12,3	12,8
Prest. de Serviços	15,3	16,3	16,6	17,6	17,9
Serviços Aux.	2,6	2,5	2,8	3,2	3,3
Transp. e Comércio	3,9	3,7	3,6	3,8	3,9
Ativ. Sociais	7,2	7,4	8,2	8,7	8,7
Adm. Pública	4,0	4,7	4,7	4,7	5,0
Outras Atividades (1)	2,7	3,0	2,8	2,9	2,8
Total do Terciário	46,0	47,6	50,0	53,2	54,4

Fonte: PNAD/IBGE. Reproduzido parcialmente de Sabóia (1992a,p.07) e Braga (1995a,p 53).

1 - Inclui instituições de crédito, seguros e capitalização, comércio e administração de imóveis e valores imobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras, além de atividades não compreendidas nos demais ramos e atividades, mal distribuídas ou não declaradas, pertencentes majoritariamente ao setor terciário.

## 4.2 O Mercado de Trabalho Baiano nos Anos Oitenta

A década de oitenta é caracterizada como um período de interrupção do crescimento da economia brasileira, por isso muitos a consideram como a "década perdida". No entanto, no Estado da Bahia, verificou-se um crescimento em torno de 23% do PIB real

nesta década (Prosérpio,1994). Este crescimento pode estar associado ao processo da industrialização e aos efeitos decorrentes da nova fase em que vivia a economia baiana.

Em 1978, foi implantado o Pólo Petroquímico de Camaçari, segundo pólo petroquímico nacional, abrindo novos horizontes para o crescimento da região. Embora tenha crescido o produto total do Estado, isto não se materializou no crescimento correspondente da renda e do emprego, pois, em razão da característica das indústrias instaladas (capital-intensiva), estas empregam relativamente pouco.

Segundo Braga (1995), para o final da década de oitenta, verificou-se uma redução da participação da indústria no total dos ocupados, o que está relacionado com a introdução de inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho e da produção. Quanto ao setor agrícola no Estado da Bahia, este vai perdendo gradativamente sua importância na geração de empregos<sup>5</sup>, especialmente a partir da modernização da agricultura. A mecanização agrícola, através do uso de novas máquinas e equipamentos, contribui para a redução da necessidade de mão-de-obra para o setor, além da destruição de muitos postos de trabalho. Assim, o pessoal dispensado do trabalho agrícola, muitas vezes não consegue recolocação no campo, migrando para as cidades em busca de empregos. Este movimento pode levar ao inchamento de muitas cidades e aumento do desemprego, dentre outros problemas que as cidades enfrentam em decorrência do aumento do êxodo rural.

Entre 1981 e 1990, a partir dos dados da PNAD, o setor agrícola reduziu sua participação no conjunto dos ocupados de 51% para 42%, o que equivale a uma redução de 9,0 pontos percentuais. No entanto, o setor terciário é o maior empregador do estado, respondendo por 45,6% da população ocupada em 1989. Segundo Borges:

"Com expressiva parcela da sua população ainda ligada às atividades agrícolas e com uma industrialização tardia e centrada em ramos intensivos em capital, a Bahia queima a etapa de transferência dos excedentes de mão-de-obra da agricultura para a indústria - tal como ocorrido nos países de

---

<sup>5</sup> Entretanto, cabe ressaltar, que durante os anos 80, o setor agrícola tem importância como grande empregador no estado.

centro e, em alguma medida, em São Paulo - e já vivencia o processo da terciarização da economia."(Borges, 1994, p.20)

#### **4.2.1 O Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador com Destaque para o Setor Terciário nos Anos Oitenta**

Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), o quadro da estrutura setorial do emprego é bastante parecido com o que é encontrado para o estado. Reproduz-se aqui o movimento de terciarização da economia baiana.

No que se refere a análise do emprego a nível setorial, são praticamente inexistente as atividades ligadas ao setor primário na RMS. Os setores que dinamizam sua economia são os setores secundário e terciário. O comportamento do setor industrial tem fortes ligações com o movimento de reestruturação verificado para o país e a consequente redução da participação de mão-de-obra no setor. Em contrapartida, o setor terciário possui uma alta participação na incorporação de mão-de-obra, devido sua característica como intensiva em mão-de-obra, que contribui com inúmeras oportunidades de emprego, e, excetuando-se alguns poucos ramos, as atividades deste setor são na sua maioria marcadas pela informalidade, incorporando grande parte dos trabalhadores autônomos e sem carteira.

Como enfatiza Braga (1995), os ramos Prestação de Serviços e Comércio são ambos responsáveis pelo maior número de ocupações no setor terciário, mas são nestes dois segmentos que se verificaram o predomínio das relações de trabalho precárias marcadas pela alta informalidade, devido à diminuição dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada na região. No ramo Prestação de Serviços, há grande número de trabalhadores por conta-própria, onde muitos desenvolvem atividades precárias sem a menor proteção social; algumas pessoas deste ramo abrem pequenos negócios não-registrados e contratam pessoal, mas, neste caso, também não há boas condições de trabalho e renda para os funcionários.

Para o final dos anos oitenta, o mercado de trabalho da RMS sofre as mesmas tendências do mercado de trabalho nacional: crescimento da participação do setor

terciário no total dos ocupados e redução do nível de ocupação ligada às atividades industriais.

### 4.3 O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NOS ANOS NOVENTA

O processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, iniciado nos anos oitenta, influenciou a continuidade deste processo ao longo dos anos noventa, apresentando, contudo, alguns problemas diferentes, que estão ligados às mudanças nas políticas macroeconômicas e sociais implementadas no país, bem como associados a reestruturação produtiva e tecnológica e ao movimento de globalização.

Na década de oitenta, como visto anteriormente, não houve um forte problema de desemprego, pois apesar do quadro de instabilidade econômica, o mercado de trabalho não teve dificuldades em absorver a mão-de-obra disponível, permitindo que a taxa de desemprego permanecesse baixa. Isto já não ocorre nos anos noventa, haja vista o aumento da taxa de desemprego associado à precarização da estrutura ocupacional e da redução dos níveis de renda, conforme afirmam Dedecca e Brandão (1993).

#### 4.3.1 - Caracterização do Período

Dois planos de estabilização foram implementados no início dos anos noventa: o "Plano Collor" e o "Plano FHC". Os primeiros anos da década foram marcados por um período recessivo (90/92) e por outro de recuperação e estabilização inflacionária (93/95). Este início de década foi marcado também pelo movimento de reestruturação produtiva, tecnológica e organizacional das empresas, que veio acompanhado do processo de abertura comercial iniciado em 1988 e acentuado em 1990 pelo governo Collor, que imprimiu um enfoque neo-liberal às políticas praticadas no país, e que continua presente no atual governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A abertura comercial e a conseqüente exposição do país à competição internacional fizeram com que a reestruturação da economia brasileira (e das empresas) incorporassem aspectos relativos ao desemprego e a flexibilização das relações de

trabalho (Borges e Filgueiras, 1995). Com a abertura econômica, as empresas tiveram que se ajustar rapidamente aos novos padrões de âmbito internacional, passando por diversas transformações no sentido de reduzir os seus custos, pois para competir com as empresas estrangeiras era necessário tornar os preços dos produtos brasileiros mais atrativos e competitivos (além de melhorar a qualidade dos produtos), e isso só era possível, na maioria dos casos, mexendo-se nos custos, incluindo-se, neste caso, os custos do trabalho, trazendo, por sua vez, reflexos sobre o mercado de trabalho (Dedecca e Brandão, 1993). Por outro lado, os ajustes adotados pelas empresas propiciaram ganhos de produtividade altos, não repassados aos salários, mas sim à redução dos preços.

#### **4.3.2 O Setor Industrial e as Transformações na Estrutura Setorial do Emprego nos Anos Noventa**

Durante os anos 80, verificou-se uma certa redução, embora limitada, na ocupação total na indústria, restringindo-se mais precisamente à indústria de transformação. Para a década de noventa, este comportamento foi mais acentuado, visto que as transformações ocorridas a nível de reestruturação produtiva e tecnológica bem como a recessão que afetou a economia do país, impactaram fortemente o funcionamento deste setor, que teve que se ajustar através da redução do nível de emprego, dos salários e da jornada de trabalho.

O processo produtivo, baseado na produção em massa fordista-taylorista, está sendo substituído por novas formas de organização do trabalho, como as técnicas organizacionais introduzidas pelos japoneses: kanban, CQT, just-in-time, qualidade total, etc. e pelo uso da microeletrônica e da tecnologia da informação. Este novo sistema produtivo é poupador de mão-de-obra, principalmente desqualificada, pois estas novas formas de trabalho exigem pessoal altamente qualificado e que possua, como principais características, a flexibilidade e a polivalência.

Exige-se, assim, trabalhadores com muitas habilidades e conhecimento de todo o processo produtivo, que sejam capazes de prever e resolver problemas. Atualmente,

aquele trabalhador que executava repetidas funções passa a ser substituído por equipamentos programáveis. Esta é uma tendência verificada nos países desenvolvidos, assim como em muitos dos países em desenvolvimento.

Entretanto, deve-se salientar que esta substituição na forma de produzir não deve ser generalizada para todas as economias. Em alguns países, inclusive o Brasil, os novos processos produtivos coexistem com as formas antigas de produção, as quais são reinventadas em antigos ramos. Como exemplo, há o caso das indústrias de calçados que migram para o Nordeste, utilizando-se de tecnologia atrasada e da mão-de-obra abundante e barata.

O resultado dessas transformações é uma grande redução de postos de trabalho no setor industrial. Analisando esta questão, Pero (1995) afirma que, como contrapartida ao desemprego do setor industrial, aumentou ainda mais a participação do setor terciário na ocupação total, assim como o grau de informalidade das relações de trabalho. No entanto, não necessariamente, o aumento da participação da ocupação total no setor terciário significa que tenha sido proveniente desta redução ocorrida no setor industrial. É possível também que este aumento tenha sido proporcionado pelo aumento do desemprego no campo e pela entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, que vão buscar inicialmente no setor terciário uma colocação, dando-lhe preferência, haja vista que este oferece maiores oportunidades de emprego em razão de suas características intensivas em trabalho e por exigir menor grau de qualificação de mão-de-obra em comparação ao setor industrial<sup>6</sup>.

Pero também afirma que no caso da migração de trabalhadores da indústria para os serviços, esta transferência pode ser devido a outras formas de inserção no mercado de trabalho. A primeira forma, relaciona-se com o movimento de terceirização, em que não há destruição do posto de trabalho, pois o trabalhador continua trabalhando para a empresa industrial, mas através da prestação de serviços por conta própria ou como empregado de uma empresa terceira. Este é o caso em que "a terciarização significou a terceirização da atividade exercida por esse trabalhador sem a destruição do posto de

---

<sup>6</sup> Entretanto, determinados serviços também exigem um alto nível de qualificação de mão-de-obra.



trabalho"(Pero, 1995, p.571). Uma segunda forma, é quando há destruição do posto de trabalho na indústria, pois o trabalhador é demitido. Então, ao buscar outra fonte de emprego, pode ocorrer que este trabalhador seja admitido por uma empresa de terceirização, que presta serviços à indústria, ou pode ocorrer que este trabalhador, ao ser demitido, consiga um emprego no setor terciário, sem entretanto, que trabalhe para a indústria.

Sobre a indústria, esta "(...) tem sido tradicionalmente o maior responsável pela oferta de postos de trabalho de qualidade pelo menos enquanto entendida por maiores níveis de remuneração, acesso à proteção trabalhista e oportunidades de treinamento e desenvolvimento (...)"(Ramos e Reis, 1997, p.09). Esta afirmação serve para mostrar a partir de como está centrada a discussão do emprego ao nível qualitativo, que culminou com a participação cada vez menor da indústria na ocupação total, simultaneamente ao processo de terciarização verificado na economia brasileira.

#### 4.4 O MERCADO DE TRABALHO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR COM DESTAQUE PARA O SETOR TERCIÁRIO - 1991/1997

Nesta seção será feito um estudo sobre a composição do emprego na Região Metropolitana de Salvador, procurando mostrar como está distribuída a população ocupada dentro de cada setor da economia. Através da taxa de desemprego por setor de atividade, será discutida a participação que cada um tem para o desemprego e, por fim, será feita uma análise comparativa dos rendimentos entre os setores.

##### **4.4.1 Análise da Estrutura Setorial do Emprego da Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997**

Partindo-se para uma análise do comportamento do emprego por setor de atividade, constata-se, através dos dados da PME, que, entre 1991 e 1997, a participação do setor terciário na RMS é muito grande, sendo este setor responsável pela maioria dos postos de trabalho existentes.

A partir dos dados da Tabela 3, percebe-se que a ocupação na indústria de transformação vem caindo em termos percentuais, ano após ano. Em 1991, a indústria de transformação respondia por 11,45% da ocupação, desde então sua participação vem declinando, registrando em 1997 a marca de 8,60%. Isto representa uma queda de 2,85 pontos percentuais ao longo do período analisado. Esta queda pode ser explicada em razão de dois fatores: a) inovação tecnológica e racionalização produtiva, que resulta em novas formas de organização da produção e gestão do trabalho, no sentido de aumentar a produção com menor utilização de mão-de-obra; b) abertura econômica, que trouxe a concorrência externa, causando perda de mercado do produtor nacional. Além disso, a própria abertura econômica exigiu que as indústrias brasileiras de transformação aumentassem sua produtividade, mediante a introdução de novos processos produtivos, que eliminaram mão-de-obra.

Já a indústria de construção civil, não apresentou uma grande modificação em seu percentual da população ocupada. Entre 1991 e 1997, sua participação caiu de 9,14% para 8,19%, o que representa uma redução de apenas 0,95% de sua participação no total da população ocupada. Este fato pode ser explicado porque a construção civil, apesar de ser intensiva em mão-de-obra, é um ramo menos exposto à competição internacional. Portanto, com relação ao total da ocupação no setor industrial, a queda de 20,59% em 1991 para 16,79% em 1997, deve-se, basicamente, ao segmento da indústria de transformação.

Analisando as categorias do setor terciário, percebe-se uma tendência assimétrica em relação ao setor industrial. Os serviços representavam 53,83% da população ocupada em 1991, passando a responder por 56,73% em 1997, o que corresponde a um crescimento de 2,9 pontos percentuais. Este crescimento de 2,9 pontos percentuais aproxima-se da queda verificada no total de ocupados da indústria de transformação (2,85%). Já o comércio, manteve sua participação relativa praticamente constante neste período (15,14% em 1991 contra 15,62% em 1997), o mesmo ocorrendo com as outras atividades (10,43% em 1991 contra 10,86% em 1997).

No total, o setor terciário aumentou sua participação na mão-de-obra ocupada de 79,40% em 1991 para 83,21% em 1997. Basicamente, o desemprego ocorrido na

indústria de transformação foi mais que compensado com a criação de novas vagas no segmento serviços, enquanto a taxa de participação da construção civil, comércio e outras atividades, variaram pouco ao longo destes anos.

TABELA 3: Distribuição da população ocupada por setor de atividade  
Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997 (%)

Setor de Atividade	A N O						
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Ind. Transformação	11,45	10,56	10,10	9,41	9,18	8,81	8,60
Construção Civil	9,14	9,08	8,58	8,92	8,68	8,62	8,19
Total da Indústria	20,59	19,63	18,68	18,33	17,86	17,43	16,79
Comércio	15,14	15,48	15,78	15,94	15,75	15,85	15,62
Serviços	53,83	54,04	54,67	54,97	56,11	56,13	56,73
Outras Atividades	10,43	10,84	10,86	10,74	10,27	10,59	10,86
Total do Terciário	79,40	80,36	81,31	81,65	82,13	82,57	83,21

Fonte: PME/IBGE

Mas, a queda da ocupação do setor industrial e o aumento da ocupação no setor terciário, não quer dizer que, necessariamente, houve uma absorção do pessoal que foi dispensado da indústria pelo setor terciário, pois, além de absorver parte (e não toda a população excluída) do pessoal do setor industrial, deve ser levado em conta que o terciário também vem absorvendo a mão-de-obra que resulta do próprio crescimento da PEA (população economicamente ativa), bem como aquela proveniente do êxodo rural, tão freqüente em regiões de seca.

O resultado destas análises evidencia o processo de terciarização do emprego ocorrido na RMS, o que denota a preocupação com o tipo de emprego que vem sendo criado, visto que, segundo a literatura especializada, é neste setor onde concentram-se os empregos de menor qualidade, especialmente no ramo Prestação de Serviços, que corresponde a mais de 50% dos ocupados.

#### 4.4.2 A contribuição de cada setor para o desemprego na Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997

Enquanto nota-se o crescimento do setor terciário em relação ao setor secundário, quando se analisa a taxa de desemprego aberto por setor de atividade<sup>7</sup> (Tabela 4), este indicador mostra-se mais elevado para os ramos da indústria do que para os ramos do setor terciário.

Dessa forma, é possível afirmar que o setor terciário é muito importante para absorver o impacto do desemprego na RMS. No entanto, mesmo neste item (taxa de desemprego), em que o setor terciário mostra uma qualidade superior em relação ao setor secundário, quando se analisa os ramos agregados de cada setor, constata-se o seguinte: entre 1991 e 1997, a taxa de desocupação para o secundário aumentou em 3,32 pontos percentuais, ao passo que para o setor terciário, essa taxa foi de 6,08 pontos percentuais. Isto mostra claramente que a tendência de elevação do desemprego está afetando também o setor terciário, o que pode vir a comprometer nos próximos anos o seu importante papel de absorvedor de mão-de-obra.

TABELA 4: Taxa de desemprego aberto - Região Metropolitana de Salvador - 1991/1997

Setor de Atividade	A N O						
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Ind. de Transf.	7,67	7,98	8,25	8,29	7,89	7,57	8,19
Const. Civil	9,71	12,58	12,65	13,33	12,55	12,35	12,51
Comércio	6,47	6,64	6,68	6,25	6,84	6,82	8,12
Serviços	4,55	5,31	4,82	5,52	5,24	5,47	6,19
Outras Ativ.	1,66	1,99	2,35	3,18	3,12	3,05	4,45

Fonte: PME/IBGE

<sup>7</sup> Refere-se a proporção de desempregados em relação à população economicamente ativa (PEA) de cada setor de atividade, com último emprego no setor, equivalente a taxa de desemprego setorial.

#### **4.4.3 – Uma comparação entre os rendimentos do setor terciário e secundário da Região Metropolitana de Salvador – 1991/1997**

Para o estudo do nível salarial, em termos de rendimento médio, dos ocupados nos dois setores relevantes da economia da Região Metropolitana de Salvador, ao invés de serem utilizadas as diferenças absolutas, serão utilizadas as diferenças relativas, que são mais úteis e fáceis de descrever, pois no período que compreende esta análise, houve mudanças monetárias (Collor II e Plano Real), o que tornaria mais difícil comparar salários em moedas diferentes.<sup>8</sup> Por isso, optou-se por considerar base 100 para o segmento "Serviços" do setor terciário, visto que este é o mais expressivo em termos de pessoal empregado, e, a partir dele será feita uma comparação entre os segmentos de cada setor da economia.

Através dos dados da Tabela 5, demonstra-se que o setor terciário, de modo geral, apresenta remuneração inferior ao setor industrial da economia. Analisando melhor a Tabela, percebe-se que o setor da indústria de transformação apresenta remuneração superior a todos os setores. No entanto, esta superioridade vem declinando anualmente: em 1991, a indústria de transformação tinha uma remuneração média 71,37% superior em relação aos serviços; já em 1997 esta remuneração superior é de apenas 47,47%. Quanto aos ramos da construção civil (exceto em 1991) e comércio, seu rendimento médio é sempre inferior em relação aos serviços. Mas, nas outras atividades, observa-se que os rendimentos são melhores em relação aos serviços, mas esta diferença vem diminuindo ao longo dos anos noventa.

---

<sup>8</sup> Idéias extraídas de Barros e Mendonça (1997).

TABELA 5: Rendimento do trabalho principal da população ocupada (Serviços:  
Base = 100,00) Região Metropolitana de Salvador- 1991/1997

Setor de Atividade	A N O						
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Ind. Transf.	171,37	179,19	172,56	164,04	151,37	144,49	147,47
Constr. Civil	117,33	98,26	93,56	97,02	97,66	84,69	81,09
Comércio	90,25	93,73	95,65	89,77	92,99	92,49	87,69
Serviços	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Outras Ativ.	124,02	108,85	120,41	121,76	135,85	116,35	112,24

Fonte: PME/IBGE

Cabe perguntar se a queda da diferença de remuneração entre o setor da indústria de transformação e os serviços é causada pelo aumento da remuneração dos serviços, ou, pela queda da remuneração da indústria.

Através da Tabela 6, nota-se que a remuneração nominal média dos serviços aumentou 43,73% entre 1995 e 1997, enquanto a indústria de transformação aumentou apenas 40,02% no mesmo período. Ou seja, a relação de remuneração entre os dois setores de atividade vem declinando por causa do aumento da remuneração nominal dos serviços em comparação à indústria de transformação. A razão principal para este fato é que os serviços, de modo geral, não estão expostos à competição internacional tanto quanto a indústria, o que permite, assim, que seus preços subam e, conseqüentemente, possam aumentar os salários, no entanto estes ainda continuam inferiores em relação aos que são pagos na indústria de transformação.

TABELA 6: Rendimento médio nominal do trabalho principal da população ocupada  
Região Metropolitana de Salvador - 1995/1997

Setor de Atividade	A N O			Var. (%) (95/97)
	1995	1996	1997	
Ind. Transf.	402,93	446,81	564,17	40,02
Serviços	266,18	309,24	382,57	43,73

Fonte: PME/IBGE.

Outro fato que comprova que a ocupação do setor terciário da economia é relativamente mais precária que o setor industrial, em termos de rendimento, é a discrepância entre as remunerações nos dois setores, segundo a posição na ocupação. Para esta análise foram considerados dois períodos distintos: julho de 1994, quando a atual moeda já estava em vigor, e maio de 1998, sem considerar as oscilações ocorridas nos anos intermediários. Analisando a Tabela 7, observa-se que os salários da indústria de transformação são maiores que no comércio e serviços. A indústria de transformação é o setor de atividade de melhor rendimento médio na Região Metropolitana de Salvador em julho de 1994 (3,77 salários mínimos) e continua em maio de 1998 (5,12 salários mínimos).

Na construção civil, os empregados com carteira assinada tem remuneração melhor que os sem carteira e conta própria, tanto em julho/94 como em maio/98. Isto também se verifica entre os ramos do setor terciário, pois tanto no comércio como nos serviços a remuneração dos empregados (em termos de salários mínimos) é maior entre os trabalhadores com carteira assinada do que os sem carteira e conta própria. Entretanto, observa-se que no ramo comércio, a variação do rendimento entre julho/94 e maio/98 dos trabalhadores com carteira foi de 26,83%, enquanto a dos sem carteira foi de 64,46%. Já os conta-própria, tiveram uma variação semelhante a observada para os trabalhadores com carteira.

Quanto ao ramo serviços, os empregados com carteira também ganham mais, no entanto, os com carteira tiveram um ganho de 12,5%, o que é pouco se comparado ao aumento de 38,78% do rendimento dos trabalhadores sem carteira e, muito mais ao aumento de 94,25% observado para os conta-próprias ao longo do período em análise.

O que explica este excepcional aumento da remuneração dos serviços por conta-própria? É possível que este fato possa ser explicado pela concorrência. Enquanto a abertura econômica e a taxa cambial sobrevalorizada trouxe uma grande competição na indústria de transformação, forçando seus preços para baixo, e exigindo, então, maior racionalidade da produção, os rendimentos cresceram relativamente pouco. Entretanto, supoe-se que como o setor serviços por conta-própria não está exposto à concorrência

externa, isto permitiu a este segmento absorver parte do ganho de renda propiciado pela estabilização da moeda a partir de julho/94.

TABELA 7 : Rendimento médio em salários mínimos do trabalho principal - Região Metropolitana de Salvador: julho/94 - maio/98

Setor de Atividade e Posição na Ocupação	Mês - Ano		Variação %
	Julho/94	Maio/98	
Indústria de Transformação: - Emp. c/ carteira assinada	3,77	5,12	35,81
Construção Civil:			
- Emp. c/ carteira assinada	2,87	3,80	32,40
- Emp. s/ carteira assinada	1,05	1,94	84,76
- Conta-própria	1,56	1,98	26,92
Comércio:			
- Emp. com carteira assinada	2,05	2,60	26,83
- Emp. sem cart. assinada	1,21	1,99	64,46
- Conta-própria	1,83	2,21	20,76
Serviços:			
- Emp. com cart. assinada.	2,88	3,24	12,50
- Emp. sem cart. assinada	1,47	2,04	38,78
- Conta-própria	1,74	3,38	94,25

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

Estes dados mostram que, apesar de o rendimento dos empregados com carteira ser maior, com exceção dos conta própria em 1998, esta diferença vem diminuindo consideravelmente entre todos os ramos observados. Apesar desse quadro, é possível afirmar que, ainda assim, o setor industrial paga salários relativamente maiores aos que são pagos no setor terciário, embora esta diferença esteja se reduzindo.



## 5 A ESTRUTURA DO EMPREGO NO RAMO SERVIÇOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Nesta seção, será feito um estudo da população ocupada, especificamente, no ramo do setor terciário mais relevante em termos de ocupação, o ramo serviços, procurando descrever algumas características relacionadas a cor, gênero, nível de escolaridade, posição na família, faixas de renda e de idade. A fonte de dados utilizada nesta etapa do trabalho consiste na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de outubro de 1996 a novembro de 1997. O tamanho da amostra é de 23.246 observações, o que corresponde a aproximadamente 25% da população ocupada na Região Metropolitana de Salvador.

As variáveis utilizadas para descrever a composição da ocupação são as seguintes:

- a) Quatro níveis de escolaridade: pessoas que possuem até o 1. Grau completo, até o 2. Grau completo, até o 3. Grau completo e aqueles que nunca frequentaram a escola.
- b) Quatro faixas de idade: 10-17 anos, 18-24 anos, 25-39 anos e 40 e mais anos de idade.
- c) Três faixas de renda: pessoas que ganham até 130 Reais, de 130 a 390 Reais e mais de 390 Reais.
- d) Duas raças: brancos, aos quais somaram-se os amarelos; negros, formado por pretos e pardos.<sup>9</sup>

Outro fato que influenciou a escolha deste ramo do setor terciário, reside no fato de que a maior taxa de informalidade (65,7%) é nele encontrada. Em seguida, vem o comércio de mercadorias com 20%. A construção civil responde por 6,3% e a indústria por 4,8% dos trabalhadores informais. Isto mostra como o fenômeno da informalidade está centrado essencialmente nos ramos comércio de mercadorias e serviços, atividades terciárias. (Ver Tabela 8).

---

<sup>9</sup> Esta agregação foi feita porque a presença de amarelos é insignificante na RMS. Quanto aos negros (pretos e pardos), as Ciências sociais assim os consideram, pois é uma categoria mais adequada à realidade social, conforme explicitado em Lima (1994).

Tabela 8 – Formalidade e informalidade por setor – Região Metropolitana de Salvador (Outubro/96 a Outubro/97)

% linha % coluna % total	Agricult.	Indústria	C. Civil	Comer. Mercad.	Serviços	Total Linha
Formalidade	0,7	13,8	4,1	16,0	65,5	
	17,4	73,4	38,5	43,4	49,0	
	0,3	6,8	2,0	7,8	32,1	49,1
Informalidade	3,1	4,8	6,3	20,0	65,7	
	82,6	26,6	61,5	56,6	51,0	
	1,6	2,4	3,2	10,2	33,5	50,9
Total da Coluna	1,9	9,2	5,2	18,0	65,6	100,0

Fonte: PED-RMS. Sei, Setras, Seade, Dieese, UFBA. Reproduzido de Menezes e Fernandez (1998, p.11).

Ainda com base na Tabela 8, observa-se que 49,1% da população ocupada são formais, enquanto 50,9% são informais. Os trabalhadores ocupados nos serviços respondem por um alto percentual de informais. Interpretando esta tabela pelas colunas, nota-se que nos serviços 51% são informais, ou seja, um pouco mais da metade dos trabalhadores em serviços encontram-se nesta situação. Estes dados permitem afirmar que o “fenômeno da informalidade é muito forte na economia da Região Metropolitana de Salvador” (Menezes e Fernandez, 1997, p. 11). Mas, segundo estes mesmos autores, tem ocorrido um aumento da ocupação na RMS ao lado de uma redução do crescimento da informalidade.

### **5.1 Diferenças na Inserção da População Ocupada no Ramo Serviços segundo o Gênero - Região Metropolitana de Salvador**

No período em análise, que compreende 14 meses (outubro/96 a novembro/97), observou-se que 46,2% dos ocupados são homens, enquanto 53,8% são mulheres, segundo os dados da PED. A participação da mulher mostra-se superior, pois além dos aspectos ligados à sua emancipação e necessidade de complemento da renda, é no ramo serviços que encontram-se muitas das ocupações tipicamente informais e exercidas principalmente pelas mulheres, como: passadeira, lavadeira, professora, empregada doméstica, faxineira, entre outras.

Quanto à posição na família, observa-se que 40,5% da população ocupada em Serviços são chefes, 24,1% são filhos, 6,6% são empregados domésticos, 6,5% é composta por outros parentes e 1,20% é formada por outros, que inclui agregado, pensionista, parente empregado doméstico e outros que não se enquadram nestas categorias.

Quanto a distribuição por gênero, segundo a escolaridade e renda (ver Tabela 9), observa-se que mais de 40% da população ocupada em serviços possuem um nível de escolaridade baixo; os homens representam 48,14% e as mulheres, 44,48% dos trabalhadores que possuem até o 1. Grau. Os homens que possuem até o 2. Grau respondem por 32,97%, percentual este praticamente igual ao das mulheres. Dos que possuem até o 3. Grau, os homens representam 15,59% enquanto as mulheres tem uma melhor participação neste nível de escolaridade, 17,02%. O percentual dos que nunca frequentaram, a escola é relativamente baixo, 3,29% para os homens e 5,54% para as mulheres.

Por outro lado, os trabalhadores que ganham até 1 salário mínimo nos serviços são formados por 21% dos homens e 45% das mulheres. Mas, para quem ganha mais de 3 salários mínimos, os homens superam as mulheres, 48,71% contra 29,24%. Também observa-se que 38,2% dos homens que possuem até o 1. Grau ganham de 1 a 3 salários mínimos (SM), enquanto as mulheres respondem por 23,9%. Enquanto isso, 60,9% dos homens que possuem até o 2. grau ganham mais de 3 SM, ao passo que a participação

das mulheres é de apenas 35,5%. Entre aqueles que têm até o 1. grau, apenas 6,9% das mulheres ganham mais de 3 SM, mas os homens respondem por 30,9% nesta faixa de renda.

Estes dados servem para mostrar que o nível de escolaridade é um importante determinante para um nível de renda maior. Além disso, mostram que apesar de o nível de escolaridade das mulheres ser maior em relação ao dos homens, ainda assim a participação destas, dentro das faixas mais elevadas de renda é inferior a dos homens, o que denota o fato de que a inserção feminina no mercado de trabalho do ramo Serviços é mais precária que a dos homens, em que muitas vezes, ela recebe uma remuneração inferior a dos homens, mesmo exercendo ocupações semelhantes.

Tabela 9 - Distribuição da população ocupada no ramo Serviços por gênero, escolaridade e faixas de renda - Região Metropolitana de Salvador (Out/96 a Nov/97)

% linha % coluna % total	Até 130 Reais		De 130 a 390 Reais		Mais de 390 Reais		Total Linha	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 1. Grau	30,90	69,20	38,20	23,90	30,90	6,90		
	70,70	68,42	60,82	39,66	30,53	10,92		
	14,86	30,78	18,41	10,62	14,87	3,08	48,14	44,48
Até 2. Grau	11,50	27,00	27,50	37,50	60,90	35,50		
	18,08	19,76	30,01	46,22	41,24	41,42		
	3,80	8,89	9,08	12,37	20,09	11,70	32,97	32,96
Até 3. Grau	6,20	6,60	9,50	15,60	84,20	77,70		
	4,60	2,51	4,91	9,93	26,96	46,84		
	0,97	1,13	1,49	2,66	13,13	13,23	15,59	17,02
Nunca Freq.	42,00	75,60	39,20	20,20	18,80	4,20		
	6,59	9,31	4,26	4,19	1,27	0,82		
	1,38	4,19	1,29	1,12	0,62	0,23	3,29	5,54
Total Col.	21,01	44,99	30,27	26,77	48,71	29,24	100,00	100,00

Fonte: PED-RMS. Sei, Setras, Seade, Dieese, UFBA.

Analisando a distribuição dos ocupados por faixa de idade e renda, controlados por gênero (ver Tabela 10), percebe-se que, independente da faixa de idade a que

pertencem, as mulheres se concentram na faixa de renda mais baixa, ou seja, 45,1% ganham até 1 salário mínimo. Já os homens que encontram-se nesta faixa representam 21,2%. As mulheres que ganham mais de 3 salários mínimos somam apenas 28,2% ao passo que os homens nesta condição representam 48,6% da população ocupada em serviços.

Entre os trabalhadores mais jovens nota-se que aqueles que tem entre 10-17 anos e que ganham até 1 salário mínimo, correspondem a 92,3% das mulheres e 86,7% dos homens. De outro lado, os mais jovens que ganham mais de 3 salários mínimos são 5,3% dos homens e 3,2% das mulheres.

À medida que a idade vai aumentando, a proporção dos que ganham até 1 salário mínimo vai caindo tanto para os homens quanto para as mulheres. Assim, entre os homens na faixa de 25-39 anos mais de 50% ganham acima de 3 salários mínimos e para aqueles que tem mais de 40 anos, este percentual sobe para 66,5%. Do mesmo modo ocorre com as mulheres nestas faixas de idade e renda. O percentual delas sobe de 30,9% para 40,4%, respectivamente.

Estes dados permitem mostrar que os mais jovens tem acesso mais difícil aos postos de trabalho com maior remuneração e que a idade mais alta, associada a experiência favorece a obtenção de uma renda melhor.

Tabela 10 – Distribuição da população ocupada no ramo Serviços por gênero, faixas de idade e renda - Região Metropolitana de Salvador (out/96 a nov/97)

% linha % coluna % total	Até 130 Reais		De 130 a 390 Reais		Mais de 390 Reais		Total linha	
	H	M	H	M	H	M	H	M
10-17 anos	86,70 28,30 6,00	92,30 11,90 5,40	8,10 1,90 0,60	4,50 1,00 0,30	5,30 0,70 0,40	3,20 0,70 0,20	6,90	5,80
18-24 anos	36,90 32,50 6,90	64,10 28,40 12,80	39,60 24,50 7,40	25,70 19,20 5,10	23,50 9,00 4,40	10,20 7,20 2,00	18,70	19,90
25-39 anos	11,50 23,60 5,00	38,80 36,60 16,50	34,90 50,10 15,10	30,30 48,20 12,90	53,50 47,60 23,20	30,90 46,70 13,20	43,30	42,50
+ de 39 anos	10,60 15,60 3,30	32,80 23,10 10,40	22,90 23,60 7,10	26,80 31,70 8,50	66,50 42,60 20,70	40,40 45,40 12,80	31,20	31,70
Total Coluna	21,20	45,10	30,20	26,80	48,60	28,20	100,00	100,00

Fonte: PED-RMS. Sei, Setras, Seade, dieese, UFBA.

Como já é sabido, na RMS predomina a maior participação de negros (pretos e pardos) em relação aos brancos (brancos e amarelos). Assim, no ramo serviços, 20,40% dos ocupados são brancos e 79,60% são negros, segundo dados da PED. Através dos dados da Tabela 12 é possível afirmar que entre os brancos, apenas uma minoria, 12,30% ganham até 1 salário mínimo e 68,83% ganham mais de 3 salários mínimos. Entretanto, entre os negros, esta participação é bem menor, 23,48% e 43,51%, respectivamente. Entre as mulheres, a proporção das brancas é maior para quem ganha mais de 3 salários mínimos, (53,16%), enquanto as negras respondem por 21,66%.

Observando essa mesma tabela no sentido crescente da renda e cor, percebe-se que dentre os trabalhadores que ganham até 1 salário mínimo, 11,65% são brancos do sexo masculino e 10,59% são brancos do sexo feminino. Mas, para os negros nesta faixa de renda a proporção sobe para 88,35% dos homens e 89,41% das mulheres. Quanto aos trabalhadores que ganham mais de 3 salários mínimos, 28,51% dos homens brancos

contra 71,49% dos homens negros. Para as mulheres, 38,96% são brancas, enquanto 61,04% são negras.

Estes dados comprovam um fato bem conhecido: a desigualdade quanto a distribuição de renda entre grupos étnicos, pois a maior participação dos negros se dá no nível de renda mais baixo.

Como afirma Lima, há uma “(...) tendência geral de discriminação entre grupos étnicos. Os negros, assim como as mulheres têm restrições de acesso a estrutura ocupacional, se fixando em determinados “lugares”, geralmente inferiorizados (...)” (Lima, 1994, p. 28), tanto no que se refere aos postos de trabalho, quanto a renda.

Tabela 11 – Distribuição da população ocupada no ramo Serviços por gênero, cor e faixas de renda - Região Metropolitana de Salvador (out/96 a nov/97)\*

%								
% linha	Até 130 Reais		De 130 a 390 Reais		Mais de 390 Reais		Total Linha	
% coluna	H	M	H	M	H	M	H	M
Branco	12,30	23,13	18,90	23,71	68,83	53,16		
	11,65	10,59	12,60	18,28	28,51	38,96		
	2,47	4,77	3,80	4,89	13,86	10,97	20,13	20,63
Negro	23,48	50,79	33,03	27,56	43,51	21,66		
	88,35	89,41	87,40	81,72	71,49	61,04		
	18,74	40,31	26,38	21,87	34,75	17,19	79,87	79,37
Total Col.	21,21	45,08	30,18	26,76	48,61	28,16	100,00	100,00

Fonte: PED-RMS. Sei, Setras, Seade, Dieese, UFBA.

\* Foram excluídos o percentual daqueles que não informaram.

## 5.2 UM ESTUDO DA POPULAÇÃO OCUPADA NAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DO RAMO SERVIÇOS – REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Nesta parte do trabalho, pretende-se mostrar algumas características da mão-de-obra ocupada nas principais ocupações do ramo serviços, que são as seguintes: professor de 1. Grau, estagiário, administrador e gerente (exceto setor bancário e financeiro), assistente administrativo no setor público, auxiliar de cozinha e cozinheiro, copeiro/garçon/ atendente do lar, baiana de acarajé, empregado doméstico, caseiro/piscineiro, faxineiro/ zelador/servente, lavadeira/passadeira e motorista.

O total desta sub-amostra corresponde a 11620 observações. O pessoal ocupado nestas 14 ocupações selecionadas representa cerca de 50% dos trabalhadores no segmento Serviços da Região Metropolitana de Salvador. Portanto, estes postos de trabalho são os mais expressivos em termos de absorção de mão-de-obra, ou seja, são os que mais empregam neste segmento e, de modo geral, caracterizam-se por serem intensivos em trabalho. As variáveis selecionadas são as mesmas utilizadas para a análise da seção anterior.

Os dados da PED mostram que a participação feminina é superior a dos homens, 67,6% contra 32,4%. Também é possível afirmar, de acordo com a Tabela 13, que em algumas ocupações, as mulheres tem maior participação, como é o caso das professoras de 1. grau, cozinheiras, baianas de acarajé, empregadas domésticas e lavadeiras, que representam 91,1%; 84,9%; 95,5%; 97,9% e 99%, respectivamente. Estas são atividades tipicamente femininas. Os homens se destacam mais nas ocupações de administradores e gerentes, caseiro/ piscineiro e motorista, que representam 61,8%, 81% e 97,7%, respectivamente.



Tabela 12 – Distribuição da população ocupada nas principais ocupações em Serviços Região Metropolitana de Salvador (Out/96 a Nov/97)

	Homens	Mulheres
Professor 1. Grau	8,9	91,1
Estagiário	44,4	55,6
Adm. e Ger. (exceto setor Bancário e financeiro)	61,8	38,2
Ass. Adm. Setor Público	34,7	65,3
Aux. Adm. S. Privado	43,4	56,6
Vendedores	44,9	55,1
Aux. cozinha e cozinh.	15,1	84,9
Copeiro/garçon/at. do lar	52,9	47,1
Baiana de acarajé	4,5	95,5
Empregado doméstico	2,1	97,9
Caseiro/piscineiro	81,0	19,0
Faxineiro/zelador/servente	36,4	63,6
Lavadeira/passadeira	1,0	99,0
Motorista	97,7	2,3

Fonte: PED-RMS. Sei, Setras, Seade, Dieese, UFBA.

A partir das informações da Tabela 13, constata-se que algumas ocupações são exercidas geralmente por determinadas categorias da família. Dos professores de 1. Grau, 47,1% são cônjuges (a maioria mulheres). Dos estagiários, ocupação típica de jovens estudantes, 77,4% são filhos. Os motoristas, 82,5% são chefes. Os empregados domésticos, 45,7% se enquadram na categoria outros, ou seja, são pessoas que não tem uma posição definida dentro da família, ou até mesmo, sua posição é a própria ocupação, empregado doméstico.

Tabela 13 – População ocupada nas principais ocupações do ramo Serviços por posição na família – Região Metropolitana de Salvador (Out/96 a Nov/97)

Ocupação	Posição na Família				
	Chefe	Cônjuge	Filho	Outro parente	Outros (1)
Prof. 1. Grau	20,1	47,1	24,75	6,6	1,5
Estagiário	7,7	2,9	77,40	10,5	1,5
Adm. e Ger. (exceto s banc.)	56,1	21,1	18,40	3,8	0,6
Ass Ad. S. Públ.	43,7	32,9	18,20	3,9	1,3
Aux Ad S. Priv.	28,0	17,7	41,20	10,5	2,6
Vendedores	30,7	24,4	34,40	8,9	1,6
Aux coz/cozinh.	33,8	40,5	15,10	7,0	3,6
Copeiro/garçon	39,7	21,2	28,30	8,8	2,0
Baiana acarajé	35,2	45,5	15,90	2,3	1,1
Emp. doméstica	12,9	21,1	15,00	5,3	45,7
Caseiro/piscin.	58,3	13,5	15,50	7,4	5,3
Fax./zel./serv.	42,5	29,1	19,40	7,4	1,6
Lavad./passad.	30,6	55,7	8,10	4,9	0,7
Motorista	82,5	3,0	10,90	3,3	0,3

Fonte: PED-RMS. Sei, Setras, Seade, Dieese, UFBA.

1. Inclui: agregado, pensionista, empregado doméstico, parente empregado doméstico e outros que não se enquadram nestas categorias mencionadas.

De acordo com os dados da Tabela 14, observa-se que dentro das principais ocupações do ramo Serviços, que totalizaram 11620 observações, temos a seguinte distribuição na ordem decrescente dos ocupados: empregado doméstico (28,5%), motorista (9%), faxineiro (8,1%), copeiro/garçon (7,4%), auxiliar cozinha/cozinheiro (6,7%), assistente administrativo setor público (6,6%), professor de 1. Grau (6,5%), vendedor (5,3%), administrador e gerente, exceto setor bancário e financeiro (4,5%), caseiro/piscineiro (4,4%), lavadeira/passadeira (4,3%), assistente administrativo setor privado (4%), estagiário (3,9%) e baianas de acarajé (0,8%).

Nota-se que a ocupação empregado doméstico é a mais expressiva em termos de absorção de pessoal dentro do universo das principais ocupações do ramo Serviços da RMS. Embora, muitos autores ao estudarem o setor terciário não considerem os serviços domésticos como uma categoria do terciário pelo fato de ela não estar ligada ao

processo produtivo, o que importa é que esta ocupação é expressiva dentro dos serviços, correspondendo a uma fonte importante de emprego, principalmente de pessoal com pouca ou nenhuma instrução e que certamente teria dificuldades em encontrar uma ocupação melhor. Desta forma, ela contribui para amortecer o problema do desemprego de uma parcela da mão-de-obra, mesmo que empregada de forma precária, pois em alguns casos é preferível um emprego precário do que a situação de desemprego.

Estas ocupações selecionadas além de serem as mais expressivas no sentido de absorção de trabalhadores, são também ocupações bastante precárias, que não exigem muita qualificação e conhecimento e são caracterizadas pelo uso intensivo do trabalho. Pode-se até dizer que do trabalho “braçal” em detrimento do trabalho intelectual. E, por isso também, são muito precárias em termos de renda.

Assim, nota-se que 47,3% dos trabalhadores ocupados nestas ocupações selecionadas ganham até 1 salário mínimo. Aqueles que recebem entre 1 e 3 salários mínimos respondem por 28,2%, enquanto 24,5% ganham mais de 3 salários mínimos.

Ainda de acordo com a Tabela 14 é possível afirmar que dentre algumas ocupações o percentual dos que ganham até um salário mínimo é muito alto. São elas: lavadeira/passadeira (83,6%), empregado doméstico (83,2%), faxineiro (52,3%), estagiário (51%), vendedor (43,8%). A participação dos trabalhadores nestas ocupações que ganham mais de 1 salário mínimo é muito pequeno.

Em oposição, as ocupações um tanto quanto melhores em termos de remuneração e que exigem um certo nível de instrução e conhecimento, pagando salários maiores estão entre os professores de 1. Grau, administradores e gerentes, assistente administrativo do setor público e motorista. O percentual destes que ganham mais de 3 salários mínimos corresponde a 46,2%, 75,5%, 55,3% e 70,9%, respectivamente.

Observa-se que 51% dos estagiários ganham até 1 salário mínimo(SM), enquanto 38,5% ganham entre 1 e 3 SM e apenas 10,5% ganham mais de 3 SM. Vale ressaltar que a

concentração de mais de 50% dos estagiários ganhando até 1 salário mínimo pode estar relacionada a questão da exploração de mão-de-obra barata, pois muitas empresas contratam os serviços de estudantes em regime de estágio, com o intuito de fugir dos custos do trabalho, não pagando certas garantias a que todo trabalhador tem direito, como FGTS, décimo terceiro salário, férias, etc.

De outro modo, observando a Tabela no sentido crescente da renda pode-se afirmar que entre os que recebem até um salário mínimo 50,2% são empregados domésticos, 8,9% são faxineiros, 7,5% são passadeiras/lavadeiras, 6,1% são auxiliares de cozinha/cozinheiro, 4,9% são vendedores e 4,2% são estagiários, para citar os valores mais expressivos.

Entre os que estão na faixa intermediária de renda, 9,2% dos que ganham entre um e três salários mínimos são professores de 1. grau, assim como 8,6% são assistentes administrativos do setor público e 8,9% são caseiros/piscineiros. E, por fim, entre os que ganham mais de três salários mínimos destacam-se 26% dos motoristas, 14,9% dos assistentes administrativos do setor público, 13,9% dos administradores e gerentes e 12,2% dos professores de 1. grau.

Tabela 14 – População ocupada nas principais ocupações do ramo Serviços  
Região Metropolitana de Salvador (Out/96 a Nov/97)

% linha % coluna % total	Faixas de Renda			Total linha
	Até 130 Reais	De 130 a 390 Reais	Mais de 390 Reais	
Empregado doméstico	83,2	15,1	1,7	28,5
	50,2	15,3	2,0	
	23,7	4,3	0,5	
Motorista	8,0	21,1	70,9	9,0
	1,5	6,7	26,0	
	0,7	1,9	6,4	
Faxineiro	52,3	40,0	7,7	8,1
	8,9	11,5	2,5	
	4,2	3,2	0,6	
Copeiro/garçon/at. lar	44,9	33,3	21,8	7,4
	7,0	8,8	6,6	
	3,3	2,5	1,6	
Aux. cozinha e cozinh.	43,1	40,9	16,0	6,7
	6,1	9,6	4,4	
	2,9	2,7	1,1	
Ass. Adm. S. Público	7,9	36,8	55,3	6,6
	1,1	8,6	14,9	
	0,5	2,4	3,7	
Prof. 1. Grau	13,9	39,9	46,2	6,5
	1,9	9,2	12,2	
	0,9	2,6	3,0	
Vendedor	43,8	28,3	27,9	5,3
	4,9	5,3	6,1	
	2,3	1,5	1,5	
Adm. e Gerentes (exceto setor bancário e financeiro)	11,6	12,9	75,5	4,5
	1,1	2,1	13,9	
	0,5	0,6	3,4	
Caseiro/piscineiro	37,6	56,8	5,7	4,4
	3,5	8,9	1,0	
	1,7	2,5	0,2	
Lavadeira/passadeira	83,6	13,8	2,6	4,3
	7,5	2,1	0,5	
	3,6	0,6	0,1	
Aux. Adm. S Privado	14,7	41,2	44,0	4,0
	1,3	5,9	7,2	
	0,6	1,7	1,8	
Estagiário	51,0	38,5	10,5	3,9
	4,2	5,3	1,7	
	2,0	1,5	0,4	
Baiana de acarajé	44,3	26,1	29,5	0,8
	0,7	0,7	0,9	
	0,3	0,2	0,2	
Total Coluna	47,3	28,2	24,51	100,0

Fonte: PED-RMS. Sei, Setras, Seade, Dieese, UFBA.

Considerando que os negros representam aproximadamente 80% da população em idade ativa (PIA) da RMS, pode-se detectar que as ocupações menos favorecidas em termos de qualificação e inserção social são exercidas pelos negros. Assim, segundo os dados da Tabela 15, a população ocupada dentro do universo selecionado é representada por 16,30% de brancos e 83,70% de negros.

Nota-se que em algumas ocupações, o percentual de negros chega a ultrapassar 90%. Por exemplo, entre as baianas de acarajé, empregados domésticos, caseiro/piscineiro, faxineiro/zelador/servente, lavadeira/passadeira, os negros representam 96,6%, 92,7%, 92%, 92,5% e 92,9%, respectivamente. Entre os ocupados que tem os percentuais mais expressivos de brancos estão os estagiários (29,7%), professor de 1. Grau (29%), auxiliar administrativo no setor privado (28,4%) e assistente administrativo no setor público (28%). A única ocupação que tem uma distribuição mais ou menos igual entre brancos e negros é a de administrador e gerente, (exceto setor bancário e financeiro), em que 43,5% são brancos e 56,55 são negros.

Analisando-se a Tabela pelas colunas, destaca-se que entre os brancos 12,95% são empregados domésticos, enquanto 31,54% são negros; 12,1% são administradores e gerentes, ao passo que 3,04% são negros; 11,80% são professores de 1. Grau, enquanto 5,5% são negros; 11,5% dos assistentes administrativos do setor público são brancos, enquanto 5,68% são negros. Segundo esta análise, é possível inferir-se que o percentual de brancos nas atividades relativamente melhores supera a dos negros.

De acordo com a participação do total dos ocupados nas principais ocupações, destacam-se as seguintes observações: os negros empregados domésticos representam 26,46%, enquanto os brancos empregados domésticos são 2,12%. Os negros motoristas são 7,3% enquanto os brancos motoristas são 1,7%. Os negros faxineiro/zelador/servente correspondem a 7,47%, ao passo que os brancos faxineiro/zelador/servente são apenas 0,6%.

E, dessa forma, segue a distribuição dos ocupados, em que a população negra tem maior percentual, principalmente entre as ocupações mais precárias, independentemente da forma de interpretação da tabela.

Tabela 15 – População ocupada nas principais ocupações em Serviços segundo a cor Região Metropolitana de Salvador (Out/96 a Nov/97)

% linha % coluna % total	Cor	
	Brancos	Negros
Professor de 1. Grau	29,00 11,80 1,90	71,00 5,51 4,62
Estagiário	29,70 7,30 1,20	70,30 3,28 2,75
Adm. e Gerentes (exceto Setor bancário e fin.)	43,50 12,10 1,90	56,50 3,04 2,55
Ass. Adm. Setor Público	28,00 11,50 1,90	71,60 5,68 4,76
Aux. Adm. S. Privado	28,40 7,12 1,15	71,60 3,44 2,88
Vendedores	18,60 6,20 1,00	81,40 5,17 4,34
Aux. cozinha/cozinheiro	14,20 5,90 1,00	85,80 6,80 5,71
Copeiro/garçon/at. Lar	14,70 6,80 1,09	85,30 7,54 6,33
Baiana de acarajé	3,40 0,16 1,09	96,6 0,87 6,33
Empregado doméstico	7,30 12,95 2,12	92,70 31,54 26,46
Caseiro/piscineiro	8,00 2,19 0,40	92,00 4,82 4,05
Faxineiro/zelador/serv.	7,50 3,80 0,60	92,50 8,91 7,47
Lavadeira/passadeira	7,10 1,90 0,30	92,90 4,69 3,94
Motorista	18,80 10,50 1,70	81,20 8,70 7,30
Total Coluna	16,30	83,70

Fonte: PED-RMS. Sei, Setras, Seade, Dieese, UFBA.



## 6 CONCLUSÃO

Através da análise realizada nos quatro capítulos anteriores, pode-se tirar as seguintes conclusões sobre o setor terciário da economia e das principais ocupações do ramo serviços da Região Metropolitana de Salvador (RMS).

A discussão sobre se um tipo de trabalho é útil ou não para a sociedade, produtivo ou não, tem início, na literatura econômica, com os estudos dos economistas franceses, denominados “fisiocratas”, na Segunda metade do século XVIII. Para eles, o trabalho executado no setor terciário (serviços, comércio) era integrante da classe “estéril” da economia. Seguindo esta classificação de classe produtiva e estéril, Adam Smith distinguiu dois tipos de trabalho (produtivo e improdutivo) classificando-as atividades terciárias como improdutivas (com exceção dos serviços de transporte e comércio). A mudança da posição em relação ao terciário só ocorre com os estudos de Say e Malthus, onde todos os tipos de trabalho são verdadeiramente produtivos, sejam aplicados em objetos tangíveis ou intangíveis. Mas coube a um alemão, List, colocar o trabalho executado no setor terciário em lugar superior ao trabalho agrícola e industrial, principalmente o trabalho intelectual, capaz de desenvolver as forças produtivas do trabalho. Apesar do “avanço” de List, Malthus e Say, em reconhecer o caráter produtivo do setor terciário, os dois principais economistas posteriores à estes, Mill e Marx, voltam a classificar os trabalhos de produtivos e improdutivos (cada qual com uma explicação própria do que seja produtivo), marcando um retrocesso na análise. Com o surgimento da escola marginalista, o mal entendimento sobre o caráter produtivo dos diferentes tipos de trabalho foi corrigido por Marshall que considerou todo trabalho como sendo produtivo. E, a partir deste autor, todo trabalho, independente de ser material ou não, foi considerado produtivo pelos demais economistas selecionados neste estudo.

Definir com precisão as atividades que pertencem ao setor terciário se mostrou de difícil complexidade. Verificou-se que a maneira mais empregada para definir as atividades terciárias é “por exclusão”, onde os serviços são atividades que não pertencem aos setores primário e secundário. Também as características destas atividades (não-

estocabilidade, imaterialidade e inseparabilidade de seu processo de produção e consumo) são muito questionadas, haja vista que muitos serviços já podem ser estocados (softwares), necessitam de materiais para suas atividades (hotéis e restaurantes) e podem ser separados entre produção e consumo (cd's).

Existem muitas explicações para o crescimento extraordinário da ocupação no setor terciário nas últimas duas décadas, as quais se destacam: corrente pós-industrialista, corrente do crescimento “espúrio”, doença de custos e a que se utiliza da Lei de Engel. O fato evidente e inquestionável é que o setor terciário representa a maior parte da ocupação total tanto a nível nacional como local (RMS).

A análise do mercado de trabalho e de sua estrutura setorial , mostrou a importância que o setor terciário tem na ocupação total, visto que este é o maior empregador tanto do país como da RMS. O grande problema é que neste setor encontram-se a maioria dos empregos mais precários e de menor qualidade, devido ao alto índice de trabalhadores autônomos e sem carteira e que remuneram pouco em comparação com a indústria. Um fato interessante é que quando analisou-se a taxa de desemprego aberto por setor de atividade, esta mostrou-se alta, elevando-se ano após ano. Assim, em comparação com o setor industrial, a taxa de desemprego aberto está aumentando numa proporção bem maior para o setor terciário do que para o setor industrial. Este fato traz à tona uma preocupação, pois o terciário já não pode ser considerado como “colchão ao desemprego”, o que denota a necessidade de se pensar em políticas que visem a reversão deste quadro, como por exemplo através do treinamento e requalificação da mão-de-obra, já que o setor terciário não pode continuar sendo entendido como absorvedor de mão-de-obra desqualificada, pois ele também vem passando por uma reestruturação e muitos serviços modernos necessitam de pessoal qualificado.

Quando analisa-se os rendimentos por setor de atividade, percebe-se que o terciário, em comparação com o setor industrial paga salários relativamente inferiores, entretanto esta diferença vem diminuindo na década de noventa. Este movimento pode estar associado ao fato de que com a implantação de mudanças a nível de reestruturação produtiva e tecnológica das empresas e com a abertura econômica, houveram ganhos de

produtividade que não foram repassados aos salários e sim aos preços dos produtos industriais. Como os produtos dos serviços não sofrem concorrência externa, e não são intensivos em capital, estes podem ter seus preços aumentados e repassados aos salários. Isto é observado principalmente pelo aumento dos preços dos serviços prestados pelos conta-própria, que tiveram ganhos expressivos em relação aos trabalhadores com carteira assinada.

A análise da composição do emprego no ramo Serviços, que responde pelo maior percentual de empregados na Região Metropolitana de Salvador, mostrou algumas características da população nele ocupada. Praticamente metade da população ocupada nos serviços são informais (51%); a participação das mulheres é superior a dos homens, talvez pelo fato de a maioria das ocupações serem informais, o que dá a mulher uma certa flexibilidade para conciliar o trabalho com os afazeres domésticos, além de garantir uma renda complementar.

Constatou-se também que a mulher ocupada no ramo Serviços tem um nível de escolaridade um pouco superior ao dos homens, no entanto, quando se observa os rendimentos sua participação nas faixas de renda maiores é inferior. Outro aspecto observado é o predomínio da baixa escolaridade dos ocupados em Serviços, o que concorre ainda mais para a precariedade dos seus postos de trabalho.

Quanto a idade, esta influencia num nível de renda maior, tanto para os homens, como para as mulheres. Mas mesmo nestes itens (renda e idade) a participação dos homens no geral é sempre superior a das mulheres nos extratos mais altos de renda.

O estudo da população ocupada nas principais ocupações do ramo Serviços da RMS mostrou que estas ocupações são na sua maioria aquelas que exigem pouco ou nenhum investimento em capital, sendo intensivas em trabalho. A análise destas ocupações por gênero evidencia que algumas ocupações são tipicamente femininas como professoras, baianas de acarajé, empregadas domésticas e lavadeira/passadeira. Já os administradores e gerentes, caseiro, motorista são ocupações exercidas basicamente pelos homens.

As ocupações selecionadas são bastante precárias quanto a renda, podendo-se afirmar que um grande percentual dos trabalhadores estão dentro da faixa dos que ganham até um salário mínimo e dos que ganham de um a três salários mínimos.

Algumas ocupações que tem representatividade entre os que ganham mais de três salários mínimos são administradores e gerentes, assistente administrativo do setor público e privado e motoristas. O restante se concentra mais nas outras duas faixas de renda.

Quanto a cor, mais de 70% dos trabalhadores nas principais ocupações são negros (exceto administradores e gerentes que respondem por 56,5%). Entretanto, em algumas ocupações o percentual dos brancos supera o dos negros. Isto ocorre naquelas ocupações relativamente melhores, que exigem uma certa qualificação e podem ser caracterizadas como sendo de maior prestígio social se comparada com as demais atividades selecionadas. Neste caso, estão os professores de 1. grau, administradores e gerentes (exceto setor bancário e financeiro), assistente administrativo do setor público e privado.

Em suma, é possível afirmar que o ramo Serviços da RMS é formado por um grande percentual de trabalhadores que ocupam os empregos de menor prestígio social e inferiores quanto ao nível de renda e que a participação da mulher e dos mais jovens se dá de forma mais precária que a dos homens.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Henrique. Produtividade e improdutividade dos serviços na História do Pensamento Econômico. *Bahia: Análise & Dados*, Salvador, SEI, v.6, n.4, p. 5-17, março 1997.
- AMADEO, Edward, et al. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994 ( Texto para Discussão n.353).
- AMADEO, E.; PERO, V.; MEYER, J. Uma análise da qualidade das ocupações nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo em 1990. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v.26, n.1, p.133-154, abril 1996.
- ANDRADE, Mônica Viegas. Setor de serviços segmentado: o moderno e o tradicional. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.12, n.1, p. 16-30, jan/abr 1995.
- \_\_\_\_\_. *Heterogeneidade e desigualdade salarial no setor serviços*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996 (Série Seminários - n. 24/96).
- AZEVEDO, J.S.G.; MENEZES, W.F. *Mudanças nos mercados de trabalho de algumas regiões metropolitanas: desemprego e informalidade*. Salvador: UFBA, 1997. 21 p. (mimeo).
- BARROS, R.P.; MENDONÇA, R.S.P. Uma avaliação da qualidade do emprego no Brasil. In: *Encontro Nacional de Economia*. 23. Salvador, 1995. Anais ANPEC. Salvador, 1995, p. 390-421, v. 02.
- \_\_\_\_\_. *A estrutura do emprego e a qualidade dos postos de trabalho no setor de serviços*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Série Seminários - n. 03).
- BORGES, Ângela. Trabalho, emprego e renda: desafio presente e futuro. *Bahia: Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.4, n.2/3, p. 15-27, dezembro 1994.
- \_\_\_\_\_. As novas tendências do mercado de trabalho formal. *Bahia: Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.6, n.3, p. 73-82, dezembro 1996.
- BORGES, A.; FILGUEIRAS, L. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. *Bahia: Análise & Dados*. Salvador: SEI, v.5, n.3, p. 30-36, dezembro 1995.
- BRAGA, Thaiz Silveira. *O mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Salvador: transformações conjunturais e estruturais (1990-1994)*. Salvador: UFBA, 1995a. 94p. (Monografia de Graduação).
- \_\_\_\_\_. O emprego na Região Metropolitana de Salvador: transformações conjunturais e estruturais: 1990 a 1995. *Força de Trabalho e Emprego*. Salvador, v.13, n.2/3, p. 2-12, mai/ago-set/dez, 1995b.

- BRANDÃO, S. M.C.; FERREIRA, S. Setor terciário: dificuldades para a sua definição. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v.6, n.3, p. 6-24, 1992.
- CACCIAMALI, M.C. Mercado de trabalho no Brasil: menos empregos mais política pública. In: *Encontro Nacional de Economia*. 23. Salvador, 1995. Anais Anpec. Salvador, 1995, p. 218-233, v 2.
- CANO, W.; SEMEGHINI, U.C. Setor terciário no Brasil. Algumas reflexões sobre o período 70/89. In: *Encontro Nacional da ANPUR*. 4. Salvador, 1993. Anais Anpur. Salvador, 1993, p. 361-374.
- CARNEIRO, F.C. Informalidade e terceirização: duas tendências opostas? *Revista de Economia Política*, v.4 , n. 04(56), p. 1-11, out/dez 1994.
- CUNHA, L.R.A. A questão do (des)emprego, a globalização e as reformas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo: cad. de economia, 19 de abril de 1998.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. A questão da terciarização. *Força de Trabalho e Emprego*. Salvador, v.9, n.1, p. 25-26, jan/abril, 1992.
- DEDECCA, C.S., BRANDÃO, S.M.C. Recessão, emprego e desemprego: as perspectivas em relação a este grave problema social. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.10, n.2/3, p. 11-21, mai/ago-set/dez, 1993.
- DEDECCA, C.S., MONTAGNER, P. Crise econômica e desempenho do terciário. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v.6, n.3, p. 2-15, jul/set, 1992.
- DIAS, Viviane Ventura. Notas sobre o crescimento dos "Serviços às Empresas". In: *Encontro Nacional de Economia*. 16. São Paulo, 1988. Anais da ANPEC, São Paulo, 1988.
- DIEESE. A posição do dieese sobre a controvérsia das taxas de desemprego no Brasil. *Boletim Dieese*. São Paulo, n. 201, p. 3-7, Dezembro 1997.
- DIEESE. A controvérsia sobre as taxas de desemprego no Brasil. *Boletim Dieese*. São Paulo, n. 201, p. 18-27, dezembro 1997.
- FRANCO, Paulo. A produção terciária: da necessidade de atenção pela Economia Política. In: *Encontro Nacional de Economia Política*. 2. São Paulo, 1997. Anais da SEP, vol. II, maio 1997.
- GALVÃO, L. E. Desemprego: a bomba que ameaça o mundo. *Rumos do Desenvolvimento*, ABDE Editorial, n.143, p. 24-31, dezembro 1997.
- GONZAGA, Gustavo. *Rotatividade, qualidade do emprego e distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC, 1995 (Texto para Discussão no. 355).
- IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA 97 (<http://www.ibge.gov.br>).

- KEYNES, John. Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo: Atlas, 1982.
- KON, Anita. *A produção terciária: o caso paulista*. São Paulo: Ed. Nobel, 1992.
- \_\_\_\_\_. Transformações ocupacionais na nova economia de serviços. In: *Encontro Nacional de Economia Política*.2. São Paulo, 1997. Anais da SEP. São Paulo, p. 488-507, v. II, maio 1997.
- LIMA, Carmem Lúcia Castro. A estrutura do emprego no setor terciário da Região Metropolitana de Salvador. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.11, n.1/2, p. 22-30, jan/abril - mai/ago, 1994.
- LIST, G. F. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LOIOLA, Elizabete. Entre o barroco das igrejas e o pós-moderno dos serviços: a questão do desenvolvimento da "Cidade da Bahia". *Bahia: Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.6, n.4, p. 20-26, março 1996.
- MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- MARX, Karl. *O capital: crítica de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MELO, Hildete, et al. *O crescimento dos serviços no Brasil: considerações preliminares*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996 (Série Seminários n.15/96).
- \_\_\_\_\_. *É Possível uma política para o setor serviços?* Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão n.457).
- \_\_\_\_\_. *O setor serviços no Brasil: uma visão global - 1985/95*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para Discussão n.549).
- MENEZES, Wilson Ferreira. *Serviços: uma tentativa de caracterização e conceituação através da teoria dos custos de transação*. Salvador: UFBA, 1997. 10p. (mimeo).
- MENEZES, W.F.; FERNANDEZ, J.C. Ocupação e informalidade no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. *Conjuntura e Planejamento*.Salvador: SEI, n. 45, p. 5-12, fev. 1998.
- MOREIRA, Daniel A. Medida da produtividade em atividades de serviços. *Revista Indicadores de Qualidade e Produtividade*. Rio de Janeiro: IPEA, n.1, p.59-77, fev. 1993.
- NABUCO, Maria Regina. Segmentação, terciarização, espaço. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.19, n. esp., p. 49-61, 1989.

- NABUCO, Maria Regina; LAVINAS, Lena. Crise econômica e terciarização no mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v.6, n.3, jul/set. p. 39-47, 1992.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. O terciário e a divisão social do trabalho. *Estudos Cebrap*, São Paulo: Ed. Brasiliense, n.24, p. 139-168, 197?.
- PACHECO, Carlos Américo. A terciarização dos 80: de tudo um pouco. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v.6, n.3, p. 27-38, jul/set, 1992.
- PED-Pesquisa de Emprego e Desemprego. Banco de Dados: Sei, Setras, Seade, Dieese, UFBA. Salvador, 1998.
- PERO, Valéria. Terciarização e qualidade do emprego: uma avaliação sobre a Região Metropolitana de São Paulo no início dos anos noventa. In: Encontro Nacional de Economia. 23. Salvador, 1995. Anais ANPEC. Salvador, 1995, p. 560-580, v.02.
- POCHMANN, Márcio. *Traços gerais do emprego e do desemprego nos anos noventa no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997a (Série Seminários n.22/97).
- \_\_\_\_\_. Traços gerais do Movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. In: *Encontro Nacional de Economia*. 25. Recife, 1997. Anais ANPEC. Recife, 1997b, p. 1202-1219, v. 2.
- PROSÉRPPIO, Renata. A Bahia no final do século. *Bahia: Análise & Dados*, Salvador: SEI, v.4, n.213, p. 7-14, dezembro 1994.
- QUESNAY, François. *Análise do quadro econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.
- RAMOS, L; REIS, J. G. A. *Emprego no Brasil nos anos 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão n.468).
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SABÓIA, João. Emprego, renda e pobreza no Brasil na década de oitenta: transformações conjunturais e estruturais. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.9, n.1, p. 3-9, jan/abr 1992a.
- \_\_\_\_\_. O terciário: um setor em crescimento no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, v.6, n.3, p. 25-26, jul/set, 1992b.
- SAY, Jean Baptiste. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SCHUMPETER, Joseph A. *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Aliança, 1964.



SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

SOUZA, Frederico Fernandes. Mercado de trabalho na Bahia: alguns aspectos de sua heterogeneidade. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador, v.8, n.1/2, p. 4-12, jan/ago 1991.

WELMOVICKI, Márcia, et al. A dualidade no mercado de trabalho: quantidade ou qualidade na geração de empregos? *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 59-113, dezembro 1994.

